ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LUIZ CARLOS CALVO DOS SANTOS JÚNIOR

# OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS ENVOLVENDO MEIOS NAVAIS:

## Operações Interagências no Rio Japurá e a participação da Marinha do Brasil em 2017

Rio de Janeiro

2018

CC LUIZ CARLOS CALVO DOS SANTOS JÚNIOR

# OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS ENVOLVENDO MEIOS NAVAIS:

## Operações interagências no rio Japurá e a participação da Marinha do Brasil em 2017

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1-FN) Wadovski

Rio de Janeiro

2018

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, pelo suporte dado durante o período em que me dediquei à elaboração deste trabalho; ao CF (RM1-FN) Rodolfo Castelo Branco Wadovski, meu orientador, pelos valiosos ensinamentos transmitidos, sem os quais o propósito a que me dispus não seria atingido; ao CMG Pedro Lima Silva Filho, CMG (RM1-FN) Daniel Ribeiro Vasconcelos, Cap. EB Allan Felipe Gonçalves Castro e a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si, contribuindo para que este trabalho fosse concluído com sucesso, registro os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

# RESUMO

Pesa sobre o Brasil a responsabilidade de assegurar a soberania de um valioso patrimônio: a maior bacia hidrográfica do mundo, que possui 23.000 km de extensão, com vias navegáveis, grande biodiversidade e uma extensa lista de riquezas minerais ainda inexploradas. Esse território nacional cheio de superlativos é a Amazônia. Ela também abriga grupos ligados ao crime organizado que manuseiam e comercializam armas, drogas e que também promovem crimes ambientais que não se limitam a fronteiras políticas. Tais crimes transfronteiriços, por efeito de arrasto, levam a violência por meio de disputas do poder nos rios e centros urbanos do Brasil e do mundo. Desse modo, tendo em vista esse cenário, o objetivo desta pesquisa é contextualizar o *modus operandi* da Marinha do Brasil (MB) quanto ao emprego integrado dos meios navais, representados pelos Navios-Patrulha Fluvial (NPaFlu), juntamente aos órgãos de Segurança Pública em Operações Interagências. Nesse sentido, a pergunta que guia essa dissertação é: a MB teria a possibilidade de interoperar com órgãos extra-MB e de alcançar resultados mais expressivos quando em Operações Interagências? Mediante a essa pergunta, a hipótese inicial é de que a MB teria resultados mais expressivos quando operando com outros órgãos. Para isso, é utilizado, metodologicamente, o desenho de pesquisa de confronto entre a teoria e a realidade, comparando os resultados entre as Operações Interagências e uma Operação Singular, ambas com meios navais em condições semelhantes em Área de Operação do rio Japurá em 2017.



Palavras-chave: Amazônia. Transfronteiriços. Marinha do Brasil. Navios-Patrulha Fluvial (NPaFlu). Operações Interagências. Japurá.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – O rio Japurá, canais alternativos e área de influência da FARC. ..... 21
FIGURA 2 – Região hidrográfica amazônica ..... 73
FIGURA 3 – Distâncias envolvidas e área de jurisdição do Com9°DN. ..... 73
FIGURA 4 – Jazidas de ouro no Alto Japurá. ..... 74
FIGURA 5 – A nova rota do tráfico no rio Japurá. ..... 74
FIGURA 6 – Navios subordinados ao ComFlotAM ..... 75
FIGURA 7 – NPaFlu Classe Roraima ..... 75
FIGURA 8 – NPaFlu Classe Pedro Teixeira ..... 76
FIGURA 9 – NAsH Classe Oswaldo Cruz ..... 76
FIGURA 10 – NAsH Classe Dr. Montenegro ..... 76
FIGURA 11 – NAsH Classe Soares de Meirelles ..... 77
FIGURA 12 – Lancha de Ataque Rápido (LAR) ..... 77
FIGURA 13 – Embarcação de Transporte de Tropa (ETT) ..... 77
FIGURA 14 – Lancha Patrulheira de Rio (LPR) ..... 78
FIGURA 15 – Material apreendido na Operação Ágata 2017 ..... 79
FIGURA 16 – Canoa apreendida com 1,7 ton. de maconha tipo skunk. ..... 79
GRÁFICO 1 – Média fluviométrica 2006 a 2016 e a faixa coincidente de cheias. ..... 80
GRÁFICO 2 – Comparação dos Dias de Mar com o IDA em 2017. ..... 80
GRÁFICO 3 – Índices estatísticos entre a Operação Interagência e a Operação Singular. ..... 81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AJB – | Águas Jurisdicionais Brasileiras |
| ANA – | Agência Nacional de Águas |
| ANTAQ – | Agência Nacional de Transportes Aquaviários |
| ASSHOP – | Assistência Hospitalar |
| BIS – | Batalhão de Infantaria de Selva |
| BNVC – | Base Naval de Val de Cães |
| C2 – | Comando e Controle |
| CBMAM – | Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas |
| CF – | Constituição Federal |
| CFSol – | Comando de Fronteira Solimões |
| CICC – | Centro Integrado de Comando e Controle |
| ComFlotAM – | Comando da Flotilha do Amazonas |
| COTECMAR – | *Corporación de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo de la Industria Naval Marítima e Fluvial* |
| CT – | Câmara Temática |
| CV – | Comando Vermelho |
| DMN – | Doutrina Militar Naval |
| DPTC – | Departamento de Polícia Técnico Científica |
| EMCFA – | Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas |
| END – | Estratégia Nacional de Defesa |
| ENRN – | Estação Naval do Rio Negro |
| ESFRON – | Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas |
| FARC – | Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia |
| FDN – | Família do Norte |
| FFAA – | Forças Armadas |
| FIRR – | Força Integrada de Resposta Rápida |
| FUNAI – | Fundação Nacional do Índio |
| IBAMA – | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE – | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMBio – | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |

| | |
|---|---|
| IDH – | Índice de Desenvolvimento Humano |
| Imazon – | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia |
| INCRA – | Instituto Nacional de Reforma Agrária |
| INSS – | Instituto Nacional do Seguro Social |
| JK – | Juscelino Kubitschek |
| LC – | Lei Complementar |
| LPR – | Lanchas Patrulheiras de Rio |
| MB – | Marinha do Brasil |
| MD33-M-12 – | Manual de Operações Interagências do Ministério da Defesa |
| NAsH – | Navio de Assistência Hospitalar |
| NPaFlu – | Navio-Patrulha Fluvial |
| Op GLO – | Operações de Garantia da Lei da Ordem |
| OSP – | Órgãos de Segurança Pública |
| PATNAV – | Patrulha Naval |
| PCAM – | Polícia Civil do Estado do Amazonas |
| PCC – | Primeiro Comando da Capital |
| PEECFA – | Plano Estratégico Conjunto de Emprego das Forças Armadas |
| PEF – | Pelotão Especial de Fronteira |
| PF – | Polícia Federal |
| PGAD – | Programa Geral de Adestramento e Atividades |
| PIN – | Plano de Integração Nacional |
| PMAM – | Polícia Militar do Estado do Amazonas |
| PND – | Política Nacional de Defesa |
| PNUD – | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PPIF – | Programa de Proteção Integrada de Fronteiras |
| SegPub – | Segurança Pública |
| SENAP/MJ – | Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça |
| SISFRON – | Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras |
| SSP-AM – | Secretaria de Segurança Pública-Amazonas |
| SUDAM – | Instituto Nacional de Reforma Agrária |
| SUFRAMA – | Superintendência da Zona Franca de Manaus |
| TCU – | Tribunal de Contas da União |

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO ..... 8**

**2 A AMAZÔNIA BRASILEIRA ..... 11**

2.1 Os rios da Amazônia e os ribeirinhos ..... 17

2.2 O rio Japurá e a rota dos ilícitos ..... 19

**3 O COMANDO DA FLOTILHA DO AMAZONAS E O EMPREGO DOS MEIOS NAVAIS SUBORDINADOS ..... 26**

**4 AS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS ..... 32**

4.1 A interoperabilidade das Forças Armadas e Agências na Amazônia ..... 34

4.2 As principais dificuldades para a sinergia nas Operações Interagências ..... 38

**5 CONCLUSÃO ..... 42**

**REFERÊNCIAS ..... 45**

**APÊNDICES ..... 51**

**ANEXOS ..... 73**

# 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira enfrenta atualmente problemas intimamente ligados ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas, ao contrabando e ao descaminho, assim como crimes de ordem ambiental. Tais ocorrências são cometidas por redes com diversos atores nacionais e internacionais em um terreno fértil. As ações dessas redes, por sua vez, se espalham em velocidade avassaladora. Isso porque o crime organizado nas fronteiras se aproveita do grande vazio demográfico na floresta, de uma população vulnerável com índice de desenvolvimento humano baixo e de uma política de segurança pública ineficiente há décadas.

Diante desse cenário e a fim de suprir tal deficiência, a MB se vê confrontada, pois a manutenção da lei e da ordem e o Poder de Polícia são atribuições subsidiárias previstas em lei[1]. Assim, seja por meio do emprego isolado da Força Naval, ou com o auxílio de outros órgãos do Poder Executivo, em consonância com a Missão da MB, é esperado:

> Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e para apoio à política externa (BRASIL, 2017a, p. VII).

A presença mais efetiva do Estado na Amazônia Ocidental se fez presente após a Guerra do Paraguai, quando o Imperador D. Pedro II decidiu abrir a livre navegação do rio Amazonas aos Estados de todas as bandeiras. Para tal, era necessário o estabelecimento de um controle do tráfego fluvial na região para o resguardo da soberania nacional. Esse foi o embrião do Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM), criado pelo Aviso Imperial de 2 de junho de 1868 para ser sediado em Manaus (SCAVARDA, 1968).

Além da necessidade pela Defesa da Pátria na Amazônia, vislumbrada por D. Pedro II, a MB convive com novas demandas para a salvaguarda das fronteiras nacionais.

[1] Lei Complementar (LC) n° 97/1999, alterada pelas LC n° 117/2004 e 236/2010, sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Nesse caso, porém, não se tratam de demandas relacionadas a outro Estado expansionista. Muito pelo contrário, o problema reside na luta contra o avanço das drogas em solo nacional. Compreende-se, assim, que a guerra ao tráfico imposta às Forças Armadas requer o seu emprego dual em prol da Segurança e da Defesa do Brasil.

Desse modo, e tendo em vista esse cenário, o objetivo desta pesquisa é contextualizar o *modus operandi* da Marinha do Brasil (MB) quanto ao emprego integrado dos meios navais representados pelos Navios-Patrulha Fluvial (NPaFlu), juntamente aos órgãos de Segurança Pública em Operações Interagências. Nesse sentido, a pergunta que guia essa dissertação é: a MB teria a possibilidade de interoperar com órgãos extra-MB e de alcançar resultados mais expressivos quando em Operações Interagências? Mediante a essa pergunta, a hipótese inicial é de que a MB teria resultados mais expressivos quando operando com outros órgãos. Para isso, é utilizado, metodologicamente, o desenho de pesquisa e confronto entre teoria e a realidade. Nesse contexto, o autor[2] tem o propósito de comparar a eficiência do emprego de meios navais durante a Operação Ágata[3] no rio Japurá[4] em 2017, de confrontá-los com uma Operação Singular no mesmo rio, para verificar se a interoperabilidade entre instituições e órgãos diferentes do Estado possibilitariam resultados mais expressivos no combate aos crimes transfronteiriços na região amazônica.

Cabe, por fim, destacar que esta dissertação foi desenvolvida e dividida em cinco capítulos, a contar com esta introdução ao assunto. Dessa forma, o capítulo 2 versará sobre a Amazônia, seus rios e seus afluentes que possibilitam múltipla conexão para as rotas do tráfico e a sistemática dos crimes transfronteiriços e ambienteis no rio Japurá. O capítulo 3, por

---

[2] O autor deste trabalho serviu em um Navio de Assistência Hospitalar de 2006 a 2010. Foi Comandante de um NPaFlu de 2015 a 2016 e Oficial de Operações no ComFlotAM de 2016 a 2018. O convívio com os problemas em diversas esferas que assolam a Amazônia possibilitou a aquisição de conhecimentos úteis sobre a região.

[3] Para saber mais sobre a Operação Ágata, ver: https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata. Acesso em 24 jun. 2018.

[4] Afluente da margem esquerda do rio Solimões, nasce do planalto de Buey, sul da Colômbia, e tem sua foz situada a 365 milhas/670 km de Manaus, em forma de delta com seis ramificações (TRISCIUZZI NETO, 2001).

sua vez, apresentará os meios navais do Comando da Flotilha do Amazonas, suas capacidades e limitações de emprego. Já o capítulo 4 trará conceitos ligados à Operações Interagências e as principais dificuldades para a interoperabilidade entre as Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública (OSP). Por fim, realizar-se-á, no capítulo 5, uma breve conclusão a respeito da importância das Operações Interagências na Amazônia Ocidental, notadamente quanto ao emprego de meios navais no rio Japurá.

## 2 A AMAZÔNIA BRASILEIRA

> Para se conhecer a Amazônia de verdade é preciso entender sua posição estratégica para o País. E os rios são a chave para esse conhecimento. São as estradas que a natureza construiu em cujas margens se desenvolveram inúmeras populações ribeirinhas (NOGUEIRA, 2016, p. 17).

Em razão da extensa malha fluvial na região amazônica (ANEXO A, FIG. 2), o transporte por rio representa o principal recurso para o deslocamento de cargas e de pessoal entre comunidades ribeirinhas, sendo fundamental para a garantia do direito de ir e vir em uma região com poucas estradas. Dessa forma, o Comando do 9° Distrito Naval também desenvolve, continuamente, os meios navais das suas organizações militares subordinadas, a fim de possuir a mesma capacidade para o exercício da autoridade marítima em área de sua jurisdição (ANEXO A, FIG. 3). Desse modo, ressalta-se que este capítulo tem o propósito de explorar a Amazônia, analisando a expansão de suas fronteiras, seus aspectos históricos, geográficos e a importância da MB para o desenvolvimento social das comunidades ribeirinhas na região da calha do rio Japurá.

Desde que a Amazônia foi descoberta por estrangeiros[5] e desbravada pelos portugueses, a região vem despertando cobiça internacional, por conta das infindáveis riquezas naturais existentes. No entanto, os seus habitantes possuem escassez de recursos básicos de saúde e educação, o que contribui para um baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano[6], com apenas 0,705 ponto, segundo estudos apontados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia[7] (IMAZON, c2018). Ainda com estudos do mesmo Instituto, o Estado de

---

[5] O primeiro europeu a percorrer todo o curso do rio Amazonas teria sido o espanhol Francisco de Orellana, entre 1539 e1541, desde a cordilheira dos Andes até ao Oceano Atlântico. Iniciava-se, à época, a lenda de que a mítica cidade de El Dorado ficaria em algum ponto entre o Amazonas e as Guianas. Orellana afirmou ter encontrado e combatido uma tribo de mulheres guerreiras e por isso batizou aquele curso de "rio das Amazonas", em referência às personagens da mitologia grega (TRISCIUZZI NETO, 2001).

[6] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD).

[7] O Imazon é uma associação sem fins lucrativos e qualificada pelo Ministério da Justiça do Brasil. Para saber mais informações, acessar: <http://imazon.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em 13 jul. 2018.

Rondônia apresentou um IDH inferior a Serra Leoa na África. A região amazônica foi objeto de estudos por renomados geopolíticos, como, por exemplo, Therezinha de Castro[8] (1930-2000) que descreve o antagonismo presente na região:

> De 'inferno verde', a Amazônia transformou-se no 'eldorado', e este, **tão rico quanto despovoado**, é, na atualidade, nossa imensa **área geopolítica neutra, carente, praticamente, do poder estatal**. Urge pois, a geoestratégia da integração da Amazônia ao processo evolutivo do país, numa ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, fugindo sempre do comportamento invariável e monolítico, que nos faça incorrer no erro de destruir primeiro para reconstruir depois (THEREZINHA, 1983 *apud* FREITAS, 2004, p. 75, grifo nosso).

Historicamente, a questão da exploração irrestrita por outros Estados na Amazônia já era uma prática, sendo justificada pela dificuldade do poder público em fiscalizar as regiões limítrofes. Em meados do século XVIII, grande parte da Amazônia pertencia à Espanha. Porém, gradualmente, os portugueses expandiram-se para além da linha de Tordesilhas[9], movidos pelas "drogas do sertão". Tais produtos (ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, castanha do pará, guaraná, pau-cravo, urucum) eram considerados como as novas especiarias com grande aceitação no mercado europeu. (BECKER, 2009).

Esses novos produtos despertaram a cobiça de ingleses, de franceses, de holandeses e de irlandeses, os quais passaram a ser contrabandeados pela foz do Amazonas. Para realizar o controle do território desbravado, um processo de intervenção foi estabelecido com a construção de diversos fortes em pontos estratégicos dos rios, com a criação de unidades administrativas subordinadas ao governo central português (BECKER, 2009).

---

[8] Diplomada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1954. Suas obras e trabalhos exerceram uma influência decisiva na política brasileira para o campo da Geopolítica (FREITAS, 2004).

[9] O Tratado de Tordesilhas, nome designado por ter sido assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, foi assinado em 7 de Junho de 1494 pela Castela (parte da atual Espanha) e por Portugal. Ele estabelecia limites dos territórios descobertos chamados "Novo Mundo" entre os dois países (as duas potências marítimas da época) durante a expansão marítima, através das navegações. Para saber mais do assunto, acessar: <http://www.laguna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/111519>. Acesso em 13 jul. 2018.

Tratando sobre as fronteiras do Brasil, ressalta-se a importância de Pedro Teixeira (1587-1641) e de Raposo Tavares (1598-1659), exploradores que desenharam as fronteiras do Brasil para o oeste e sul respectivamente. Pedro Teixeira, em 1637, comandou um grupo de 600 soldados e 1.200 índios, partindo de Gurupá, na foz do rio Amazonas, alcançando a cidade de Quito no Equador. Raposo Tavares, por sua vez, iniciou a sua jornada no planalto paulistano em 1648, avançou pelo planalto central brasileiro, e, ao descer na planície amazônica, percorreu diversos rios da bacia hidrográfica até encerrar a sua missão em Gurupá em 1651 (RIBEIRO, 2005).

Ressalta-se também que, em 1750, o Tratado de Madri ratificou a posse lusitana de terras amazônicas desbravadas e alcançadas por Pedro Teixeira e Raposo Tavares a serviço da Coroa de Portugal. Esse feito garantido pelo princípio do Direito chamado *uti possidetis*[10]. Por isso, já em 1754 esses limites foram demarcados e novamente ratificados após a primeira expedição portuguesa (RIBEIRO, 2005). Um século depois, em 1850, o governo imperial criou a província do Amazonas, com capital em Manaus, antiga Barra do Rio Negro. Em 1866, após a Guerra do Paraguai, o Rio Amazonas foi aberto à navegação internacional (NOGUEIRA, 2016).

Além das riquezas até então apontadas como alvo de exploração, em terras amazônicas, por estrangeiros, como companhias europeias e estadunidenses, os seringais passaram a atrair milhares de migrantes brasileiros para a coleta de látex, em especial os nordestinos. A nova atividade fez multiplicar a população do entorno de Manaus e a exportação da borracha passou a se igualar a do café, disparando a economia brasileira no fim do século XIX (BECKER, 2009).

Dessa forma, a capital amazonense passou a ostentar perfil de cidade europeia, com recursos de iluminação elétrica, o que para época, apenas algumas cidades do Brasil

[10] Princípio do Direito Internacional que estabelece a propriedade de um território pertencente a quem de fato o ocupa. Para saber mais sobre o assunto, acessar: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26390390/uti-possidetis>. Acesso em: 13 jul. 2018.

possuíam. Contudo, os tempos de desenvolvimento social e de avanços no aspecto econômico na região foram freados pela quebra de um monopólio, antes exclusivamente brasileiro na exploração da borracha. Isso ocorreu porque o inglês Henry Alexander Wickman, em meados dos anos de 1870, realizou a colheita de 70 mil mudas de seringueiras. Na ocasião, passou-se por um *expert* em borracha e, ludibriando autoridades portuárias em Santarém-PA, alegou que tais sementes estariam destinadas a um herbário. No entanto, essas sementes foram selecionadas e levadas para a Malásia, onde foram introduzidas em um clima perfeito para o cultivo e exploração. Esse foi um dos casos mais ilustrativos de biopirataria[11] de espécie amazônica que se tem notícia. Consequentemente, entre os anos de 1910 e 1920, o Brasil perdeu para a recém-estabelecida concorrente asiática no mercado mundial, o que acabou contribuindo para o declínio da economia regional amazonense (RIBEIRO, 2005).

Após um período de isolamento da Amazônia em relação ao restante do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira[12] (1902-1976) (JK), enquanto Presidente da República, visualizava a integração[13] nacional com as estradas, traduzindo tal desejo no final dos anos 1950 com a construção da Rodovia Belém-Brasília. O então Presidente proferiu a seguinte frase: “Quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília à Belém. Seria uma linha, rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, a qual levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de transformar um sonho em realidade. Surge a Belém-Brasília”. Era o primeiro passo para romper o isolamento

---

[11] Biopirataria significa a apropriação de conhecimento e de recursos genéticos de comunidades de agricultores e comunidades indígenas por indivíduos ou por instituições que procuram o controle exclusivo do monopólio sobre estes recursos e conhecimentos. Para ler mais sobre o assunto, ver: <http://conteudojuridico.com.br/artigo,biopirataria,20866.html.> Acesso em: 15 jul. 2018.

[12] 21° Presidente da República Federativa do Brasil, exerceu o mandato de 1956 a 1961. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/galeria-de-presidentes/juscelino-kubitschek-de-oliveira/view.> Acesso em: 15 jul. 2018.

[13] O Presidente Juscelino Kubsticheck reconhecia que, com a mudança da capital para o centro do território nacional e acesso terrestre ao novo centro de decisão do País. Para ler mais sobre o assunto, ver: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/governo-de-juscelino-kubitscheck/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

e a estagnação econômica dos Estados amazônicos (KUBITSCHEK, 1957 *apud*, BECKER, 2009, p. 57). Era o primeiro passo para romper o isolamento e a estagnação econômica dos estados amazônicos (BECKER, 2009).

Em 1957, ainda no governo de JK, foi criada, por meio da Lei nº 3.173, a Zona Franca de Manaus, cujo objetivo básico era: "Estabelecer um Programa de Desenvolvimento Regional, que promovesse a recuperação econômica da Região, esvaziada e abalada pela desestruturação das atividades da borracha, da juta e do extrativismo florestal" (JK *apud* INÍCIO, 2013, online). Após 10 anos, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, na administração do Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1900-1967). O objetivo dessa regulamentação foi, assim, o de estabelecer um polo industrial na capital do Amazonas por meio de incentivos fiscais na importação e exportação (FREITAS, 2004).

No início dos anos 1970, o Plano de Integração Nacional[14] (PIN) desenvolveu um programa que previu a construção de estradas, a ocupação planejada e o incentivo a instalação de empresas na região. Dessa maneira, a política de incentivo da integração nacional no governo JK por via rodoviária e, por consequência, a indústria automobilística foi notória. Destaca-se que, mantendo-se no Governo Militar[15] com o PIN, as estradas visaram a maior ocupação da região Centro-Oeste e da Amazônia (BECKER, 2009).

O General Golbery do Couto e Silva (1911-1987), geopolítico brasileiro de notável expressão foi um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional e

---

[14] Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei n° 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infra-estrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do País. Numa primeira etapa, o PIN pretendia acionar junto ao Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais com seus respectivos equipamentos. A abertura da Transamazônica teve início em setembro de 1972, e o trecho entre Itaituba e Humaitá (AM) foi inaugurado em 30 de janeiro de 1974. A construção dessa rodovia através da bacia Amazônica teria sido determinada por duas razões distintas e complementares: de um lado, uma preocupação geopolítica com os "vazios territoriais e demográficos" e, de outro, o excesso de população pobre do Nordeste (ARAGON; OLIVEIRA, 2009).

[15] Foi o período que vai de 1964 a 1985, onde o País esteve sob o governo das Forças Armadas Nacionais (Exército, Marinha e Aeronáutica). Neste período, os chefes de Estado, ministros e indivíduos instalados nas principais posições do aparelho estatal pertenciam à hierarquia militar (SANTIAGO, 2011).

classificava a Amazônia como uma área de grande vazio demográfico. O geopolítico também ressaltava, que a política do Estado brasileiro deveria envidar esforços em “inundar de civilização” a ilha amazônica, com ações coordenadas em postos de colonização (“nódulos fronteiriços”), seja pela base avançada do Centro-Oeste, ou pela progressão leste-oeste ao longo do eixo amazônico (FREITAS, 2004).

Durante a abertura da Transamazônica e construção de agrovilas, milhares de migrantes foram atraídos com a concessão de lotes de terras. O objetivo desse programa, assim como o de outros administrados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi “integrar para não entregar”, pois governos militares queriam garantir a ocupação brasileira em uma região tradicionalmente cobiçada por outros Estados. Dessa maneira, conforme descrito no livro “A Questão Geopolítica da Amazônia a Soberania Difusa à Soberania Restrita”:

> A integração física da Amazônia ao restante do Brasil era a ideia dominante da resposta geopolítica que o País deveria oferecer à cobiça internacional que se apresentava latente ou ostensiva em relação à Região. Ocupação efetiva da grande Região, para que deixasse de ser um vazio demográfico que o Brasil ‘egoisticamente’ mantinha inexplorado, era um esforço que urgentemente deveria ser concretizado. Tão forte eram essas preocupações que a resposta que o Governo entendia que deveria ser oferecida se consubstanciava em um lema que passou a ser consignado no discurso oficial: ‘Integrar para não entregar’. (RIBEIRO, 2005, p. 39).

Em vista das preocupações dos sucessivos governos em torno do povoamento e do desenvolvimento social e econômico da região amazônica, a partir de meados do século XX, foram implementados incentivos fiscais para o crescimento do comércio e indústria na Zona Franca de Manaus. O receio do governo federal frente às ameaças externas por Estados fronteiriços fomentou a integração das regiões com novas rodovias e ações concretas de incentivo ao povoamento em vazios demográficos, em especial em regiões lindeiras. Resultado disso, a capital do Estado do Amazonas experimentou um crescimento demográfico de 300 mil para 800 mil habitantes entre os anos de 1970 e 1985 sob uma onda

desenvolvimentista (BRASIL, 2016b).

## 2.1 Os rios da Amazônia e os ribeirinhos

O estudo da região amazônica deve trazer detalhes acerca da sua bacia hidrográfica e da sua vital importância para a população local, seja como meio de transporte ou de subsistência em uma área com total vocação fluvial, com raras rodovias e nenhuma ferrovia. Destaca-se, assim, que em 2017 foram transportados cerca de 9,8 milhões de passageiros e 3,4 milhões de toneladas de cargas na Amazônia.

Além disso, no Estado do Amazonas há, pelo menos, 73 linhas de transporte "longitudinal estadual", realizado ao longo de rios e canais, além de 57 portos de embarque e 213 embarcações que transportam 1,6 milhão de passageiros e 999,1 mil toneladas de carga de acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) no estudo "Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros e Cargas na Região Amazônica[16]" (ANTAQ, 2018).

"O rio comanda a vida", expressão de autoria do escritor paraense Leandro Tocantins[17] (1919-2004) traduziu a importância dos rios e do regime das águas na vida das pessoas que moram na Amazônia. Depreende-se de tal afirmativa que os rios são verdadeiras rodovias abertas na floresta que a natureza construiu. Além disso, ressalta-se que, em suas margens diversas, comunidades ribeirinhas foram se formando ao longo de anos.

Nesse sentido, os rios contribuem notadamente para o desenvolvimento

---

[16] Para saber mais sobre esse estudo, acessar: http://portal.antaq.gov.br/index.php/2018/02/05/antaq-divulga-estudo-sobre-caracterizacao-da-oferta-e-da-demanda-do-transporte-fluvial-de-passageiros-e-cargas-na-regiao-amazonica/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

[17] Escritor, jornalista e historiador brasileiro, autor do livro "O Rio Comanda a Vida" (uma interpretação da Amazônia), no qual faz um estudo da importância e influência dos rios na vida dos povos da floresta amazônica (TOCANTINS, 2015).

sustentável da região. Além disso, possuem papel relevante no desenvolvimento econômico e social quando as políticas públicas os visualizam como a grande solução logística do transporte de carga e passageiros (NOGUEIRA, 2016).

É importante apontar que a migração de comunidades inteiras de uma localidade para outra não é um fenômeno raro na Amazônia. Isso ocorre quando elas deixam de ser ribeirinhas, por estarem no interior de rios sacados[18] ou por outros motivos que possam forçar a interrupção do fluxo logístico pelas águas e transporte fluvial em frente as suas comunidades (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007).

Nessa região, moradias são construídas utilizando a madeira como principal material de construção. A maioria das casas são palafitas ou estão sobre madeiras flutuantes com possibilidade de serem rebocadas com facilidade. Essas residências não possuem energia elétrica, saneamento básico e estão localizadas próximas às margens dos rios. Salienta-se que elas são construídas à alguns metros acima do nível do rio para evitar a invasão pelas águas durante as enchentes e que, além disso, as palafitas possuem o artifício de uso de tábuas para suspender o piso nos períodos das cheias (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007).

Compreende-se, desse modo como o rio possui um papel vital para os ribeirinhos. Isso porque, através dele é garantido o direito de ir e vir do povo, bem como a conexão social da vida nas comunidades. É nele também que os moradores executam uma das principais atividades que lhes proporciona fonte de renda e de sobrevivência: a pesca (FRAXE; PEREIRA; WITKOSKI, 2007).

Algumas comunidades de menor porte convivem com o isolamento econômico social e físico, sendo fundamental a possibilidade do apoio mútuo praticado uma com as outras.

---

[18] Também chamado de Ipuera. Chamam-se sacados os trechos “mortos”do rio que constituíam antigas curvas tão fechadas que tinham margens iniciais quase se tangenciando. Com o tempo, devido à força das águas, houve o rompimento da pequena faixa de terra que separava os dois trechos, abrindo uma passagem que foi se aprofundando até passar a ser o leito normal (TRISCIUZZI NETO, 2001).

Em outras palavras, a dependência entre os residentes que se apoiam em tais comunidades para os diversos serviços não supridos pelo poder público, como a saúde e a educação, torna-se algo de vital importância. Dessa forma são figuras comuns parteiras e curandeiros sem formação médica. Curiosamente, as ervas utilizadas como matéria-prima nos mais modernos laboratórios farmacêuticos do mundo são também utilizadas *in natura* em curandeirismo, em rituais seguidos de geração em geração (COUTO; OLIVEIRA, 2017).

Tal situação, de vazio do Estado brasileiro para o suprimento de serviços básicos de saúde, saneamento e educação primária aos ribeirinhos, vem sendo suprida pelos próprios nativos de forma arcaica e empírica. Isso ocorre porque, conforme destacado, as políticas públicas da União ainda não conseguiram dignamente suprir as demandas reprimidas dos brasileiros que ainda vivem a beira dos rios, na luta pela sua sobrevivência. É nesse ambiente de enorme proporção territorial e de baixa densidade demográfica onde a ausência do Estado chega a ser uma regra e não uma exceção (COUTO; OLIVEIRA, 2017).

## 2.2 O rio Japurá e a rota dos ilícitos

A bacia hidrográfica constituída pelo rio Japurá e seus afluentes possui uma área aproximada de 300.000 km$^2$ com uma extensão aproximada de 1.300 milhas náuticas (2.407,6 km). Os limites da sua bacia são difíceis de determinação, pois são constituídos de elevações sem nome e que são os divisores da água dessa bacia com as do Putumayo-Içá e do rio Negro e a sudeste a foz do rio Japurá, no rio Solimões (TRISCIUZZI NETO, 2001).

A bacia do Japurá abrange aproximadamente terras do Brasil (25%) e da Colômbia (75%). A parte brasileira da bacia encontra-se, em sua totalidade, no Estado do Amazonas. Afluente da margem esquerda do rio Solimões, nasce do planalto de Buey, sul da Colômbia, e tem sua foz situada a 365 milhas náuticas (670 km) de Manaus, em forma de

delta com seis ramificações (TRISCIUZZI NETO, 2001). Suas condições de navegação muito se assemelham com as do rio Solimões. Nesse sentido, é bastante largo em vários pontos, possuindo grande número de ilhas e passagens que exigem a navegação com praticagem. Assim, cabe ressaltar que o estudo vai compreender a extensão que vai da foz até Vila Bittencourt, situada na fronteira com a Colômbia, boca do rio Apaporis.

O rio Japurá, no trecho descrito, é um rio bastante largo, com paranás e características de rio de planície. Possui água de coloração barrenta em todo o trecho, com uma corrente média de 1,9 a 3,3 nós. A variação do nível das águas entre a enchente e a vazante, por sua vez, oscila entre seis a oito metros. Apresenta-se largo, porém com pouca profundidade. O canal navegável é sinuoso e exige manobras cuidadosas, mesmo para embarcações de pequeno porte e calado[19] (ANEXO C, FIG. 16). Tais embarcações são encontradas navegando na parte baixa do rio durante a maior parte do ano. O local é chamado de "rio das surpresas" pelos moradores locais, por não ter bem definido seu regime de águas, repiquetes[20] (principalmente nos meses de outubro e novembro) e por apresentar bancos de areia, que surgem inesperadamente além de pedrais não cartografados no médio e alto Japurá (TRISCIUZZI NETO, 2001).

Face ao exposto, os bancos de areia no rio Japurá que representam grandes perigos à navegação que são agravados pelos sedimentos extraídos das dragas de exploração aurífera.

No que diz respeito ao lado brasileiro, o rio Japurá (da foz a Vila Bittencourt) possui 380 milhas (703,7 km) e limitações à navegação de acordo com a época do ano, respeitando as condições peculiares deste rio. Na cheia do rio, período que vai de março a junho, os navios podem navegar com segurança com calado máximo de 4,0 metros e, na seca, a um limite de 1,2 metro para navegarem em segurança (TRISCIUZZI NETO, 2001).

---

[19] Calado é a designação dada à profundidade a que se encontra o ponto mais baixo da quilha de uma embarcação, em relação à linha d'água. Nota do autor.

[20] Elevação súbita do nível do rio em função das chuvas. (TRISCIUZZI NETO, 2001).

O rio Japurá possui afluentes que se comunicam pelas bacias do Negro, Içá e Solimões pelos rios Capuri, Teraira, Apoporis, Marié, Igarapá, Uaini, Mamorité, Peridá, Pauxis, Pexas, Mayro, Janja, São Miguel, Aguarico, Furo do Aranapu e outras três saídas do Auti-Paraná (TRISCIUZZI NETO, 2001). Esse emaranhado de afluentes que correm no entorno do rio Japurá, possibilitam fornecer corredores com grandes linhas de circulação que marcam a direção geral de trânsito até a plataforma de exportação ou mercado final de destino (COUTO; OLIVEIRA, 2017). Um corredor com alto grau de conectividade com inúmeras rotas, exige dos planejadores das Operações Interagências um refinado nível de conhecimento da geografia local; para o emprego de meios terrestres, navais e aéreos.

Os militares do 3° Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de Vila Bittencourt enfrentam rotineiramente traficantes e dissidentes das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), uma vez que o território colombiano limítrofe ao Brasil sofre influência do grupo paramilitar e a comunidade ribeirinha de La Pedrera serve de ponto logístico de combustível e pessoal aos narcotraficantes colombianos antes de adentrarem o território brasileiro com entorpecentes (FIG. 1).

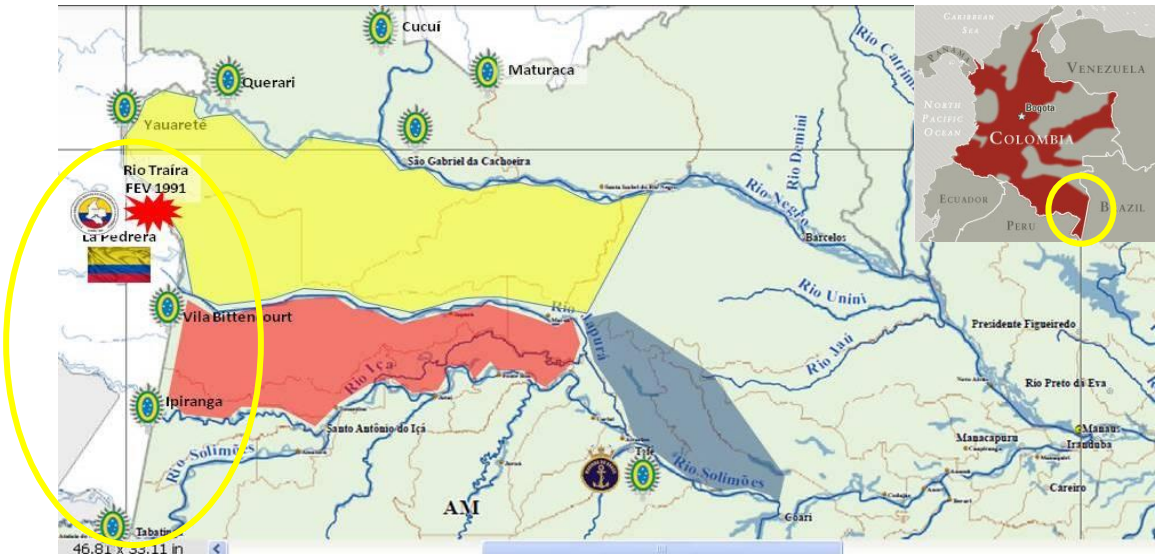



FIGURA 1 – O rio Japurá, canais alternativos e área de influência da FARC.
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas.

Dessa forma, a grande quantidade de canais, furos e paranás que ligam os rios Japurá, Traíra, Negro, Içá e Solimões neutralizam a ação da MB nas ações contra os crimes cometidos no Japurá em especial durante o regime da cheia dos rios citados, pois diversos furos têm possibilitado a conexão entre as bacias dos rios transfronteiriços adjacentes. Além disso, ressalta-se a existência de rios sazonais ligando a comunidade colombiana de La Pedrera, no rio Caquetá, até pontos no rio Japurá a jusante[21] do 3°PEF de Vila Bittencourt em afluentes do rio Puruê. Nesses rios sazonais, há o uso de hidroavião para o transporte de drogas e *drones* monitorando o movimento dos militares do Exército Brasileiro em patrulha, o que favorece o livre trânsito das drogas sem fiscalização (APÊNDICE A). Esse é um grande jogo de "gato e rato", uma vez que os Navios-Patrulha navegam pela calha principal em áreas cartografadas na cheia das águas enquanto que canoas e hidroaviões com os ilícitos trafegam pelos caminhos alternativos sem fiscalização.

Tais ligações, citadas acima, entre as bacias de fluxo continuado na cheia dos rios, não ocorrem na época das secas, quando aumentam consideravelmente as apreensões de ilícitos nos PEF (APÊNDICE A). Após a obtenção dos índices fluviométricos de um decênio (2006-2016) com a Agência Nacional de Águas (ANA) dos rios Japurá, Içá, Negro e Solimões, observa-se que o regime de águas das curvas são coincidentes, possibilitando caminhos alternativos para as embarcações de pequeno porte transportando os ilícitos pelos canais interfluviais de acordo com o (ANEXO D, GRAF.1).

Essa possibilidade faz com que os meios navais em fiscalização percam a sua efetividade. Além disso, esses novos caminhos abertos na floresta representam um verdadeiro labirinto, pois não oferecem segurança para os Navios-Patrulha navegarem em segurança. Segundo o contido na entrevista do Comandante do 3° PEF (APÊNDICE A), os números de apresamentos e enfrentamentos de narcotraficantes aumentam significativamente na seca do rio

[21] Termo utilizado em hidrografia para caracterizar um ponto do curso d'água que está abaixo em relação a um outro ponto (TRISCIUZZI NETO, 2001).

Japurá, entre os meses de novembro a fevereiro.

Além das curvas de índices fluviométricos de batimetria coincidentes, as apreensões na região vêm apresentando características uniformes dos envolvidos e de suas embarcações. Condutores originários de comunidades ribeirinhas, indígenas ou colombianas carentes conduzem embarcações miúdas artesanais. Essas pessoas, que possuem grande domínio da navegação regional, optam por navegar no período noturno e junto às margens para se camuflar nos barrancos dos rios e para dificultar a verificação por órgãos fiscalizadores do Estado nas ações (COUTO; OLIVEIRA, 2017).

A calha do rio Japurá e as suas cidades à beira dos rios experimentam o reflexo da incapacidade do Estado em prover o controle adequado e a manutenção da segurança. Desta forma, as embarcações de passageiros, cargas e trafegam muitas vezes livres da fiscalização. Além disso, uma considerável quantidade de estrangeiros circulam na cidade. São eles: colombianos que se dizem refugiados das FARC, bem como peruanos, donos de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nota-se, assim, que as FARC têm utilizado o território brasileiro como refúgio e para a logística, com o intuito de escoar parte da droga canalizada para financiar a guerrilha. (APÊNDICE C).

Durante a realização de Assistência Hospitalar (ASSHOP)[22] e Patrulha-Naval (PATNAV)[23] pelos navios subordinados ao ComFlotAM foi constatado que diversas comunidades ribeirinhas ao rio Japurá, indígenas ou não, vêm sendo assolados pelas drogas, com um aumento expressivo da delinquência entre os jovens, sobressaindo problemas de alcoolismo e de suicídio. Jovens sem perspectivas de emprego formal são assediados pelo tráfico e incorporam-se ao crime organizado transportando drogas, agindo

[22] A ASSHOP é denominada como um conjunto de ações de assistência hospitalar à população ribeirinha pelos NAsH distritais e que são rotineiramente empregados para atualizar dados de inteligência operacional (BRASIL, 2017a).

[23] PATNAV é a atribuição subsidiária particular da MB cujo propósito é implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em águas jurisdicionais brasileiras, na plataforma continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil (BRASIL, 2017a).

ou abordando embarcações em assaltos. Tais vítimas transformadas em meliantes são conhecidos como “ratos d’água”. Grupos criminosos chamam atenção em especial no rio Solimões, especialmente nas regiões da foz do rio Japurá e Paraná do Copeá[24]. Dessa forma, por meio de ações extremamente violentas, interceptam embarcações com drogas[25] e armas para incrementar o crime organizado das cidades ribeirinhas do rio Solimões como Tefé-AM e Coari-AM (APÊNDICE C). O Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas estima que, em 2017, os piratas de rio causaram um prejuízo da ordem de 100 milhões de Reais, e defende que o governo amazonense crie uma unidade de Polícia Fluvial, a exemplo do Grupamento de Polícia Fluvial instituído pela Polícia Militar paraense (EMPRESÁRIOS, 2018).

Narcotraficantes têm usado, cada vez, mais da criatividade para continuar a distribuir entorpecentes; no Brasil e no exterior. Drogas são camufladas em frutas, molhos de tomate, latas de refrigerante, livros, embalagem de sabão em pó, moldura de quadros, latas de conservas, cerveja, sementes de açaí, mala recheada, pirulitos e peças automotivas. Estão diluindo a droga em garrafas de água mineral[26].

Segundo o depoimento do Assessor do Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas (APÊNDICE C), a participação do ribeirinho no tráfico de drogas, e em suas diversas atividades correlatas, está se convertendo em principal fonte de renda em comunidades que antes se baseava na cultura de subsistência. Além disso, o garimpo ilegal na fronteira do Brasil com a Colômbia no Alto Japurá, o contrabando de ouro, o roubo e a receptação de combustíveis e a prostituição são mazelas que, inexoravelmente, afligem as áreas de garimpo ilegais (ANEXO A, FIG. 4).

Conclui-se que o tráfico de drogas se reinventa com novas rotas, mas também

---

[24] O Paraná do Copeá não é cartografado e muito utilizada por criminosos que liga o rio Solimões ao rio Japurá.

[25] Grande parte das drogas apreendidas no rio Japurá são a maconha tipo Skunk e a pasta base da cocaína provenientes de comunidades colombianas próximas a fronteira (APÊNDICES A e C)

[26] Para ler mais sobre o assunto, ver: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/09/drogas-sao-encontradas-em-molho-de-tomate-sapatos-e-livros-em-manaus.html>. Acesso em 22 jun. 2018.

faz uso das conhecidas (ANEXO B, FIG. 5), contando com colaboração das comunidades por influência coercitiva ou voluntária aos criminosos[27]. Desde que o tráfico de drogas, a biopirataria e a mineração ilegal passaram a gerar lucros com o início da produção e escoamento na região amazônica, a Segurança Pública passou a ganhar valor e reconhecimento à medida que as ameaças passaram a ser internas. Essas ameaças que têm protagonizado o crime transnacional[28] na Amazônia, vêm se mostrando de forma devastadora ao recrutar jovens carentes como "operários do crime organizado" para movimentarem a "esteira da produção e transporte de ilícitos" que sai dos laboratórios por meio de diversos modais conectados e eficientes.

Atualmente este é o triste retrato do rio Japurá, uma pequena porção da Amazônia, com grande importância para o escoamento de ilícitos, em uma região povoada por ribeirinhos assediados pelo tráfico. Alguns deles, transformados em "mulas", são pessoas comuns que transportam a droga para prestar os serviços para os grandes narcotraficantes (APÊNDICE C). Essa problemática requer que o Estado mobilize os meios navais com equipamentos mais modernos, o que contribuirá em melhores capacidades operativas na fiscalização na calha dos rios. Nesse sentido, cabe ressaltar que esses desafios impostos ao braço armado do Poder Executivo brasileiro serão explorados no capítulo a seguir.

---

[27] A Família do Norte (FDN) atua, primordialmente, na região Norte e tem o controle das principais rotas de escoamento de drogas e armas pelos rios da região amazônica (APÊNDICE C).

[28] Uma infração será de caráter transnacional quando cometida em mais de um Estado; cometida em um Estado e parte substancial da sua preparação, planejamento, direção e controle tenha lugar em outro Estado; for cometida num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique atividades criminosas em mais de um Estado; ou for cometida num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutro Estado (BRASIL, 2004a).

# 3 O COMANDO DA FLOTILHA DO AMAZONAS E O EMPREGO DOS MEIOS NAVAIS SUBORDINADOS

> A Flotilha, que se vai criar no Rio Amazonas, para policiar a fronteira fluvial com as repúblicas vizinhas, e fazer executar, pelas embarcações estrangeiras, os regulamentos fiscais, deverá compor-se de doze lanchas a vapor montando uma peça cada uma. Esta Força será comandada por um oficial superior; terá um segundo Comandante, também oficial superior; um dito subalterno, que servirá de Ajudante e um oficial de Fazenda, que desempenhará as funções impostas pelo novo Regulamento. A sede da Flotilha será na capital da Província do Amazonas e ali terá o respectivo Comandante, o seu quartel e secretaria, assim como a arrecadação de víveres, gêneros e artigos da Fazenda Nacional, sendo feitos os necessários fornecimentos e abonos de dinheiro pela Tesouraria. Para o serviço da Flotilha poderão ser nomeados oficiais reformados, na falta dos de primeira classe. Perceberão os vencimentos como efetivamente embarcados; o primeiro comandante, os de Comandante de Corveta; o segundo dito, os de Comandante de Brigue; e o ajudante, os de oficial (AVISO IMPERIAL, 1968 *apud* SCAVARDA, 1968, p. 57).

O Aviso Imperial de dois de junho de 1868, transcrito acima, fez cumprir a criação da Flotilha do Amazonas, comando militar instituído da necessidade de um controle fluvial do Rio Amazonas. Nessa data a Guerra da Tríplice Aliança[29] ainda ocorria com vistas a manter a neutralidade dos Estados do arco amazônico no conflito, D. Pedro II liberou a navegação às nações amigas (SCAVARDA, 1968).

A fim de cumprir tal Aviso para a criação da Flotilha do Amazonas era necessário que lanchas a vapor fossem construídas e incorporadas à sua subordinação. Dessa maneira, o Arsenal de Marinha da Província do Pará construiu 12 lanchas próprias para a navegação fluvial com calado de um metro, artilhadas com canhão e com possibilidade de levar tropas. Ainda com parte das lanchas prontificadas, a “Flotilha do Amazonas” nasceu em Belém do Pará e o Capitão de Mar e Guerra Victorio José Barbosa da Lomba, um ex-combatente da Batalha Naval do Riachuelo, passou a ser o primeiro comandante. (SCAVARDA, 1968).

Em 26 de dezembro de 1868 chegaram a Manaus os “Imperiais Marinheiros” que, vindos em barcos a motor de construção precária e sem sobressalentes, comportam-se como

[29] Foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza), na Argentina e no Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai (WANDERLEY, 2017).

verdadeiros desbravadores na subida do rio. Até porque, durante a travessia, iniciaram os primeiros levantamentos hidrográficos. Portanto, desde tal época cabe à MB, e em particular à Flotilha do Amazonas, o dever de resguardar as fronteiras fluviais dessa rica região do território brasileiro (SCAVARDA, 1968).

A questão do Acre[30], o "Conflito de Letícia"[31] entre o Peru e Colômbia, as patrulhas realizadas no litoral Norte durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as embrionárias ações cívico-sociais da década de 1950 pelas Corvetas Classe Carioca e a assistência hospitalar realizada pelos NAsH (ANEXO B, FIG. 9, 10 e 11), também conhecidos pelos ribeirinhos como "Navios da Esperança", além das Patrulhas Navais pelos Navios-Patrulha Fluvial (NPaFlu) (ANEXO B, FIG. 7 e 8) são alguns exemplos das atividades desempenhadas pela Flotilha desde a sua criação. Com esse importante papel na região norte do Brasil, o ComFlotAM possui a seguinte missão:

> Manter uma força pronta, apresentada para executar Operações Ribeirinhas; efetuar Patrulha Naval nos rios Amazonas - a montante de Santarém – Negro, Solimões e seus tributários; e prover assistência hospitalar às populações ribeirinhas da Bacia Amazônica, a fim de contribuir para a manutenção e consolidação da integridade territorial, manutenção da ordem, integração e desenvolvimento sócio-econômico da Região Amazônica e fiscalização da operação de embarcações na área fluvial sob a jurisdição do Com9ºDN (BRASIL, c2017a, online).

A missão da Flotilha do Amazonas em sua essência é extremamente desafiadora nos prismas logísticos e operativos que a Amazônia em sua origem impõe. Desafios impostos pela grande extensão territorial da área de jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval (ANEXO A, FIG. 3), compreendendo 2.200.000 km$^2$ em 23.000 km de vias navegáveis, densa

---

[30] A chamada Questão do Acre foi resolvida pelo Tratado de Petrópolis entre o Brasil e Bolívia em 17 de novembro de 1903 e teve como protagonista o ministro brasileiro das relações exteriores, o Barão do Rio Branco. Em tal Tratado ele liderou as negociações entre os dois países para anexar o território do Acre ao Brasil em troca de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas à Bolívia (QUESTÃO..., c2018).

[31] Incidente militar entre o Peru e a Colômbia iniciado em agosto-setembro de 1932, tendo como objeto uma área do extremo sul do território colombiano fronteiriça ao Peru e ao Brasil e na qual se localiza a cidade de Letícia. O conflito foi dirimido em 1934 graças aos esforços de mediação do Brasil, sob o patrocínio da Liga das Nações. (KRAMER, c2009).

floresta, com cinco Estados limítrofes e aproximadamente 10.000 km de fronteira terrestre (NOGUEIRA, 2016).

Nota-se que a história da Flotilha do Amazonas, ao longo dos seus 150 anos de criação, se confunde com a da capital manauara e por consequência, com a da região. Por ocasião da sua criação, inexistiam tratados de limites entre os Estados vizinhos e eram recorrentes as questões envolvendo fronteiras com o Brasil, Peru, Colômbia e Bolívia entre os séculos XIX e XX. Atualmente, os meios navais subordinados ao ComFlotAM representam o vetor capaz de receber servidores e agentes públicos de diversas esferas do Poder Executivo, contribuindo para a conciliação de interesses das instituições e a convergência dos objetivos do Brasil (APÊNDICE B).

Para o cumprimento de sua Missão, o ComFlotAM possui os seguintes tipos de navios subordinados e lanchas de apoio: Navios-Patrulha Fluvial, Navios de Assistência Hospitalar, Lanchas de Ataque Rápido, Embarcações de Transporte de Tropa e Lanchas Patrulheiras de Rio (ANEXO B, FIG. 6, 12, 13 e 14).

As Lanchas Patrulheiras de Rio (LPR-40), foram adquiridas em 2014, em decorrência de um contrato entre a MB e a empresa colombiana *Corporación de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo de la Industria Naval Marítima e Fluvial* (COTECMAR). Preparadas para o combate direto, essas embarcações são blindadas e estão equipadas com quatro estações de tiro dotadas de metralhadoras 0,50 polegadas e 7,62mm. Construídas em compostos de fibra de vidro, as embarcações são dotadas de modernos sistemas propulsores (hidrojatos) e equipamentos de navegação e rastreamento. Destaca-se que as LPR-40 são meios navais adequados e experimentados em combate com o narcotráfico nas águas jurisdicionais colombianas no rio Putumayo (originário do rio Içá no Brasil) em *Puerto Leguizamo* pela *Flotilla Fluvial del Sur* da Armada da República da Colômbia, em emprego durante as comissões de Patrulha Naval ao longo do ano. As LPR são lanchas de combate para operação na bacia ama-

zônica, devendo atender de forma conveniente aos objetivos de patrulhamento, de base de apoio de fogo, de transporte de pequenas frações de tropa e de operações anfíbias, com grande mobilidade e alcance. Estas características vão ao encontro de diretrizes estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa (END), especialmente no tocante ao trinômio monitoramento, mobilidade e presença, fortalecendo os conceitos de vigilância das fronteiras e águas jurisdicionais brasileiras (GUSMÃO, 2013).

O ambiente fluvial, pela ausência da salinidade responsável pelo desgaste do material do casco das embarcações, em especial metais, proporciona relativa durabilidade e disponibilidade dos navios. Para tanto, são fatores contribuintes para tal a realização das manutenções preventivas e a crescente capacitação da Estação Naval do Rio Negro (ENRN), em Manaus, para a realização de reparos de maior monta, antes efetuados em Belém, na Base Naval de Val de Cães (BNVC).

Destacam-se como fatores contribuintes para tal disponibilidade a robustez e a fácil manutenção dos navios consagrados para o emprego fluvial desde os anos de 1970. Além disso, o Comando da Flotilha situa-se em um complexo naval servido pela ENRN, responsável pelos diversos tipos de manutenções, sejam elas em equipamentos, sistemas ou estruturas, contando para isso com oficinas de eletrônica e dique flutuante para reparo em obras-vivas[32]. Somado a tais fatores, a menor complexidade desses meios, se comparados à maioria dos navios da MB que operam no mar, contribui para que tenham uma maior disponibilidade e, por conseguinte, menor tempo imobilizado para manutenções preventivas[33] e corretivas[34] de acordo com o (ANEXO D, GRAF. 2).

---

[32] É o termo usado em construção naval para se referir a parte inferior do casco das embarcações que fica submerso, em oposição a obras mortas ou superestruturas, que correspondem às estruturas existentes nos conveses. Nota do autor.

[33] Manutenção Preventiva é toda a ação sistemática de controle e monitoramento, com o objetivo de reduzir ou impedir falhas no desempenho de equipamentos (MANUTENÇÃO, c2018b).

[34] Manutenção Corretiva é definida como sendo qualquer manutenção realizada com o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação de máquinas e equipamentos, eliminando as fontes de falhas que possam existir (MANUTENÇÃO, c2018a).

No que diz respeito ao comando e controle ($C^2$), todos os navios do ComFlotAM possuem a capacidade de operar com comunicações satelitais, sejam estes feitos por terminais portáteis ou fixos (banda Ku[35]). Essa opção minimizou problemas de comunicação inerentes à região, com grande dificuldade de propagação, principalmente por alta frequência (HF[36]). Esse importante passo possibilitou o acompanhamento pelo Estado-Maior, em tempo real, das operações na cena de ação, seja por recebimento das ações em andamento por voz, ou mesmo por acompanhamento dos meios navais conforme descrito no Relatório de Fim de Comissão de um NPaFlu da Classe Roraima após a Operação Ágata 2017:

> A aquisição de comunicações satelitais aumentou a capacidade de Comando e Controle do Navio, além de ser possível a tramitação de arquivos de texto e imagens (ex.: documentos de inteligência, alterações em diretivas, etc) pois, em diversos trechos da Bacia Amazônica, observou-se a dificuldade de enlace com a ENRN, impossibilitando o trâmite de mensagens operativas. O Comando e Controle passou a ser exercido satisfatoriamente, aumentando assim a capacidade operativa do Navio e o auxílio a tomada de decisões pelo Comandante da Unidade Tarefa (BRASIL, 2017b, p. 6).

É de vital importância que os meios navais tenham eficácia nas comunicações com os seus comandos superiores, o que permitirá boa capacidade de $C^2$ para a troca de dados e informações em um universo de rios capilarizados. Essa ferramenta contribuirá sobremaneira para o contínuo fluxo de informações na cena de ação. Além disso, permitirá, em tempo real, a compilação da situação e a desejável interoperabilidade entre os meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e demais atores envolvidos de comandos combinados, conjuntos ou interagências.

É importante destacar que os meios navais rotineiramente embarcam militares do 1° Batalhão de Operações Ribeirinhas, bem como cães farejadores que possibilitam incrementar a qualidade das comissões em Patrulha Naval e também interagências. É notório que o Com9°DN, também rotineiramente, vem convidando instituições e agências de sua área de

---

[35] Faixa de frequência de micro-ondas que corresponde, no enlace de descida dos satélites, ao intervalo de 10.700 a 12.750 MHz e, no enlace de subida, de 12750 a 14500 MHz (JÚNIOR, 2009).

[36] Do inglês, *High Frequency.*

jurisdição ligadas ao poder executivo para que contribuam continuamente com melhores resultados nas investidas contra o crime organizado, conforme previsto no Programa Geral de Adestramento e Atividades 2017 (PGAD-2017).

Apresentadas todas as características e capacidades operativas dos meios navais subordinados ao ComFlotAM, o capítulo seguinte analisará outros aspectos nos quais o Poder Naval na Amazônia Ocidental será integrado às agências e órgãos do Estado em ações repressivas e preventivas às atividades ilícitas no rio Japurá com o emprego de meios navais.

# 4 AS OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS

Após apresentado o ambiente amazônico, sua história, a preocupação com os aspectos ligados a defesa e integração nacional nos anos de 1970 e os meios navais subordinados ao ComFlotAM, será realizada, neste capítulo, a análise da integração dos meios navais na Amazônia aos OSP em Operações Interagências[37]. Isso se deve à nova concepção de emprego das FFAA no emprego dual, que antes estava destinada a Defesa e atualmente está ligada à Segurança Pública. Muito se deve à ideia veiculada na imprensa de que o motivo das armas, do tráfico e dos entorpecentes trazidos pelo crime organizado aos centros urbanos estaria ligado à ineficiente fiscalização nas fronteiras do Estado brasileiro (SOUZA; SENRA, 2017).

Dessa maneira, recai sobre as FFAA a nova atribuição do Poder de Polícia[38] em todo o território nacional, seja nas fronteiras ou no ambiente urbano, à luz da Lei Complementar (LC)[39] em vigor:

> Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:
> I - patrulhamento;
> II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
> III - prisões em flagrante delito (BRASIL, 1999, online).

---

[37] O termo "interagências" surge da união de esforços de órgãos governamentais e não governamentais estruturados para alcançar objetivos de interesse nacional, harmonizando culturas e esforços diversos, em resposta a problemas complexos, adotando ações coerentes e consistentes (BRASIL, 2012b).

[38] O poder de polícia se traduz como a atividade estatal de condicionar a liberdade do cidadão ou a tomada de medidas por parte do Estado que limitam e restringem a esfera juridicamente tutelada da liberdade do cidadão. O principal instrumento de que o Estado dispõe para exercer o poder de polícia sobre o cidadão é a lei, que impõe limites a esse poder. A razão do poder de polícia é o interesse público, e o seu fundamento está no princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Os interesses privados não devem prevalecer sobre o interesse público (Art 78 do Código Tributário Nacional) (BRASIL, 1966).

[39] LC n° 97/ 1999, alterada pelas LC n° 117/2004 e 136/2010, sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Ao analisar o contido na LC 136/2010 o *caput* é claro ao citar que o emprego das FFAA seria possível "na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores" e que devem ser preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias. Uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) se sustenta temporalmente e em curta duração, por diretrizes da Presidência da República, quando for observada insuficiência, inexistência ou indisponibilidade dos OSP previstos na Constituição Federal (CF) (BRASIL, 2013).

O Decreto nº 8903/2016 complementa a LC 136/2010 a fim de fortalecer a interoperabilidade entre os diversos órgãos, o compartilhamento de informações, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços com a otimização de aspectos orçamentários. Tal Decreto cria o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) em áreas lindeiras que têm como diretrizes a atuação integrada e coordenada dos OSP, de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas[40], bem como estabelecer a cooperação e integração com os Estados vizinhos (BRASIL, 2016a).

Desse modo, o contexto social ilustrado do baixo IDH nas comunidades ribeirinhas aliado ao terreno fértil para a proliferação dos crimes transfronteiriços e ambientais que circulam pelos rios, e somado à ineficiência das Polícias Militares dos Estados, faz com que as FFAA sejam, rotineiramente, empregadas em contraposição aos crimes na Amazônia, seja nas Operações Interagências concebidas pelo Ministério da Defesa ou, isoladamente, nas Operações Singulares em Patrulha Naval. Destaca-se, assim, que o crime organizado vem conseguindo driblar a fiscalização nos rios e conta com uma estrutura multimodal cada vez mais conectada com embarcações fluviais, transporte aéreo e trechos dentro da selva amazônica.

[40] Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) é um órgão vinculado ao Ministério da Defesa que coordena as Operações Interagências visando a interoperabilidade entre as Forças Singulares e agências.

## 4.1 A interoperabilidade das Forças Armadas e agências na Amazônia

> A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais (BRASIL, 2012c, p. 23).

A Política Nacional de Defesa (PND) dá ênfase à necessidade de uma maior presença do Estado na Amazônia, reconhece a cobiça internacional por nossas riquezas e às dificuldades em realizar uma ação efetiva de defesa na região. Representa, assim, o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Além disso, o PND classifica a Amazônia como um objeto prioritário de atenção do Estado pelo seu potencial de riquezas minerais e de biodiversidade. Para isso, aponta a necessidade, de ações de vivificação das fronteiras, de proteção do meio ambiente e de uso sustentável dos recursos naturais para que se promova o desenvolvimento e a integração amazônica (BRASIL, 2012c).

Nesse sentido, e a partir do conhecimento do problema apresentado e dos princípios[41] basilares das operações interagências no Brasil, esta seção apresenta a interação das Forças Armadas e Agências no ambiente amazônico.

O Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), visando a integração de esforços entre o Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça em prol do fortalecimento da segurança nas regiões próximas às fronteiras, elaborou o Plano Estratégico Conjunto de Emprego das Forças Armadas (PEECFA) Ágata. Esse Plano serviu para unir esforços em todas as fronteiras do Brasil para coibir delitos como o narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Além das FFAA, a Operação Ágata

[41] MD33-M-12 – Manual de Operações Interagências do Ministério da Defesa (BRASIL, 2012a).

envolve a participação de 12 ministérios e 20 agências governamentais que de maneira integrada se articulam nas fases de planejamento e execução. A partir de 2017, a Operação Ágata passou a ser executada sob uma nova concepção ao fazer uso de um menor dispêndio de recursos para mobilização de tropas e meios, valorizando os dados de inteligência e o fator surpresa nas faixas de fronteira, de acordo com o previsto no Relatório de Gestão do Exercício de 2017, publicado em 2018, do EMCFA:

> No ano de 2017, o PPIF – Programa de Proteção integrado de Fronteiras - passou a ser a principal ferramenta de contextualização das **Operações Ágata, que sofreu uma grande mudança na sua estrutura e passou a ser realizada sob uma nova concepção.** Os objetivos principais destas ações pontuais são os seguintes: a redução do crime organizado e dos índices de criminalidade; a coordenação do planejamento e execução de operações militares, policiais e de controle aduaneiro; a cooperação com os países fronteiriços; a intensificação da presença das Forças Armadas, de Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da Receita Federal na faixa de fronteira; e o incremento do apoio à população residente nas áreas fronteiriças.
> Realização de **operações militares no contexto Ágata, em uma nova concepção, de forma contínua e inesperada, ao longo do todo o ano e em toda a faixa de fronteira** (BRASIL, 2018b, p. 13, grifo nosso).

À luz do contido no PPIF, vislumbrou-se atingir os princípios da Economia de Forças e a Surpresa para mitigar as dificuldades da grande extensão territorial e da limitação de meios navais (BRASIL, 2017c). Segundo Till (2004, p. 55): “O espaço entre as tarefas relacionadas com a lei e os regulamentos no mar e as tarefas militares relacionadas com a guerra convencional vem diminuindo.” Com base no contido no PPIF e na expressão de Till (2004), essa é uma tendência mundial, uma vez que a probabilidade de conflitos interestatais é baixa e o arco norte amazônico recebe influências de organizações criminosas oriundas de regiões produtores de entorpecentes.

Por meio de pesquisa de campo e das entrevistas dos apêndices a este trabalho, constatou-se que a Amazônia aparece como rota primária da distribuição de cocaína em direção à Europa e à África, possibilitando escoar as drogas por via aérea ou marítima em container na cidade de Manaus. Esses elementos representam ameaças à segurança de outros

Estados lindeiros ao Brasil que arregimentam redes ilegais pulverizadas e articuladas em terreno transnacional (APÊNDICE C).

Dessa forma, a Doutrina Militar Naval (DMN) prevê que o Poder Naval pode incorporar outras Forças ou órgãos extra-MB para cumprir a missão da Marinha e contribuir na neutralizar dos problemas recorrentes na região amazônica:

> O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. As forças e os meios de apoio não orgânicos da MB, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval, serão considerados integrantes do Poder Naval (BRASIL, 2017a, p. 1-5).

Nesse sentido as agências e instituições integradas em uma Operação Interagência são parte componente do Poder Naval e, assim, herdam, pelo menos, as características de mobilidade e de permanência quando os seus agentes estiverem embarcados em um meio naval. Tais características, típicas de um esforço logístico, muitas vezes não são facilmente obtidas pelos OSP, quando operando isolados nos rios da Amazônia.

A DMN ainda prevê que, em tempos de paz, o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima seria o de contribuir para a dissuasão contra qualquer concentração de forças hostis nas águas interiores e espaços marítimos, sob a jurisdição brasileira, podendo abranger as atividades de emprego limitado da força e as atividades benignas (BRASIL, 2017a), fato observado nos Navios de Assistência Hospitalar, quando empregados na coleta de informações em comunidades nas quais as atividades ilícitas imperam. Tais subsídios são fundamentais para dar sustento a realização de ações posteriores dos NPaFlu em Patrulha-Naval.

Dessa maneira, conclui-se, parcialmente, que a realização das Operações Interagências em um ambiente ribeirinho na Amazônia tende a oferecer uma gama de vantagens. Dentre elas destaca-se a maior presença do Estado nas áreas de fronteira e a maior efetividade

no combate aos ilícitos transfronteiriços que contribuem, para o aumento da segurança nos centros urbanos e, para o incremento da interoperabilidade entre as FFAA, de OSP e de agências e emprego do Poder Militar. Consequentemente, possibilita-se que tais agentes do Estado salvaguardem os poderes constitucionais e da lei e da ordem, com a atuação integrada de diversas expressões do Poder Nacional. Além disso, é notória a necessidade dessa somatória de capacidades das instituições, uma vez que cada uma reserva competências específicas, qualificações em seus agentes para fiscalização de leis e regulamentos, o que concorre para a melhoria da Patrulha Naval[42]. Resultado dessa união de esforços o navio empregado em uma Operação Interagência (Ágata 2017) obteve índices mais expressivos do que em uma Operação Singular (ANEXO D, GRAF. 3).

Em que pese os dados estatísticos, o navio empregado na Operação Interagência se valeu do elemento surpresa com um reduzido número de abordagens e às embarcações e palestras e posicionou-se em Patrulha Naval nos pontos sugeridos pelos militares do Exército Brasileiro. A Polícia Federal (PF), por sua vez, realizou apoio ao dar seguimento ao caso, por tratar-se de tráfico internacional de drogas, uma vez que a investida resultou na apreensão de drogas, do fuzil AR-15 e de um suspeito colombiano (ANEXO C, FIG. 15).

À primeira vista, as Operações que possibilitam uma confluência de competências de agentes do Estado em prol de um objetivo único, representaria a fórmula para o sucesso contra a criminalidade nos rios, entretanto, é natural que fruto das peculiaridades inerentes a cada instituição, a natureza das suas missões reservem objetivos específicos. Cabe às FFAA a Defesa da Pátria e aos OSP a Segurança Pública, assunto a ser abordado a seguir.

---

[42] Inicialmente, chamada de patrulha costeira, quando instituída pela Lei nº 2.419, de 10 de fevereiro de 1955, passou a atual denominação de Patrulha Naval (PATNAV), pelo Decreto nº 5.129, de 6 de julho de 2004. Trata-se de uma atribuição subsidiária particular da MB, conforme disciplina o inciso IV do artigo 17 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, cujo propósito é implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), na plataforma continental brasileira e no alto-mar, respeitados os tratados, convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil (BRASIL, 2017a).

## 4.2 As principais dificuldades para a sinergia nas Operações Interagências

Ao apresentar, até o momento, os resultados expressivos com as grandes apreensões de drogas e armas por agentes de segurança pública a bordo dos meios navais, depreende-se que todos os agentes públicos estão em perfeita simbiose e coordenação em ambiente de cooperação em prol dos objetivos nacionais. Entretanto, para que tais instituições e agências participem em um ambiente colaborativo, algumas competências, atribuições e prioridades deverão ser observadas.

A CF, ao versar sobre as competências da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civil e Militar em seu art. 144º, não traz atribuições afetas ao combate aos crimes transfronteiriços. Por isso, às Forças Policiais citadas cabe a responsabilidade de patrulhar rodovias federais, ferrovias federais, funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais e a preservação da ordem pública respectivamente. À PF recai a responsabilidade de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o combate ao contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, o exercício das funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras, além de exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União (BRASIL, 1988).

Face ao exposto na CF e ao contido na entrevista ao assessor da Secretaria de Segurança Pública-Amazonas (SSP-AM) (APÊNDICE C), os OSP, além de não possuírem competência para as ações de combate aos crimes transfronteiriços e, as capacidades operativas das Polícias estabelecidas nos municípios, são restritos pelo seu pequeno efetivo, pela inexistência de embarcações blindadas e pela falta de equipamentos de visão noturna. Além disso, destaca-se a dificuldade em conter as ações dos “ratos d’água” pela reduzida presença do Estado na região. Reforçou ainda que cabe ao Sistema de Segurança Pública Estadual o

enfrentamento da criminalidade, desdobrado em ações e operações preventivas da violência e de repressão qualificada e; voltado para os municípios de fronteira e divisa do Estado do Amazonas (APÊNDICE C).

Aliado ao pequeno contingente de policiais civis e militares e às suas atribuições previstas em lei, a SSP-AM manifestou que as operações interagências terão maior protagonismo e interesse aos olhos dos OSP, quando os meios navais forem empregados para o cumprimento de missões de Segurança Pública, sejam elas as de inteligência e reconhecimento de áreas de interesse ou; investigações policiais e emissão de mandatos de busca e apreensão com a participação expressiva de Forças Policiais. A SSP-AM também reitera que existe um respaldo normativo acerca do apoio das FFAA para as Operações de Segurança Pública e que a participação de Forças Policiais se mostrou bastante tímida, servindo estes de coadjuvantes nas operações interagências já realizadas como a Ágata, Curare e outras. Reforça-se que agora, com a criação do Ministério da Segurança Pública, a perspectiva é de ter uma maior participação da SSP-AM na definição das operações, do planejamento e da execução, realizando o esforço principal com Forças Policiais apoiadas pelas FFAA (APÊNDICE C).

O Tribunal de Contas da União (TCU) também realizou uma auditoria em 2015, a fim de verificar pontos de fragilidade envolvendo aspectos de governança como institucionalização, planos e objetivos, participação social, capacidade organizacional, coordenação e coerência. Quanto à institucionalização, o TCU verificou que o disciplinamento é realizado por meio de decretos do Poder Executivo, com a consequência de que as ações governamentais direcionadas à faixa de fronteira fiquem sujeitas às prioridades estabelecidas em cada governo. Não há, assim, uma política nacional integradora de todos os entes, com a identificação de responsabilidades e redução de sobreposições e lacunas de competências. Dos onze Estados fronteiriços, apenas seis têm disposições expressas sobre a oportunidade de participação social, mas condicionadas a convite (TCU, 2015).

Quanto à capacidade organizacional, o tribunal verificou que os órgãos responsáveis pela segurança da região apresentam baixo grau de investimentos e carência de recursos humanos, materiais e financeiros, a exemplo de aeronaves, sistemas de comunicação interoperáveis, instalações físicas e cães farejadores. Isso realça a vulnerabilidade daquele espaço territorial e contribui para agravar sua condição de ambiente propício aos ilícitos relacionados ao tráfico de drogas e de armas, entre outros crimes típicos de regiões fronteiriças. O TCU identificou, no entanto, a existência do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), conduzido pelo Exército Brasileiro, que tem por base uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira a fim de produzir informações para a tomada de decisões. A previsão de implantação em toda a faixa fronteiriça é de dez anos, ao custo estimado de aproximadamente R$ 12 bilhões (TCU, 2015).

Também foram avaliadas a coordenação e a coerência no âmbito do PEF, a serem exercidas pelos Ministros de Estado da Justiça, da Defesa e da Fazenda. Segundo o TCU, não há definição clara dos papéis e responsabilidades dessas instituições coordenadoras. Também não existe critério para designação de comando relativo às operações conjuntas ou para os colegiados no gerenciamento das ações. Na avaliação do tribunal, é necessária a definição de instrumentos que permitam a construção de arquitetura interorganizacional eficiente para que as áreas de responsabilidade estejam claras e sob supervisão de agências públicas situadas na própria fronteira, encarregadas de exercer a liderança. O relator do processo, ministro Augusto Nardes, comentou que "apesar de não haver estimativas governamentais exatas sobre quanto o país perde em face de crimes transfronteiriços, algumas iniciativas extraoficiais chegam a definir prejuízos anuais da ordem de R$ 100 bilhões" (BRASIL, 2015, online).

Conclui-se neste capítulo que o grande desafio imposto ao EMCFA; reside na coordenação as ações em Operações Interagências com diversos atores participantes de naturezas e culturas organizacionais distintas. Contudo, observou-se que em muito se evoluiu desde

a primeira edição da Operação Ágata em 2011. Dentre as evoluções observadas, apontou-se a edição de 2017 na Amazônia que foi concebida em quatro edições trimestrais, utilizando-se do elemento surpresa/inteligência nas áreas críticas dos rios Japurá e Içá.

Entretanto, muito ainda há de ser feito de modo a atingir o perfeito sincronismo de esforços de agentes públicos da União, buscando, de maneira cooperativa a sinérgica integração de ações em prol de fronteiras mais controladas e comunidades ribeirinhas mais seguras.

# 5 CONCLUSÃO

O propósito do trabalho foi apresentar a participação de meios navais em Operações Interagências nos rios da Amazônia e responder à seguinte pergunta: se a MB teria a possibilidade de interoperar com órgãos extra-MB e se alcançaria resultados mais expressivos quando em Operações Interagências. Para isso, o estudo realizou uma comparação e uma análise dos resultados obtidos na Operação Ágata 2017 (Interagência) e na Comissão de Patrulha Naval Japurá I (Singular), ambas ocorridas em condições semelhantes de navegabilidade do rio e tempo de operação no rio Japurá.

Apontou-se ao longo desta dissertação, que a END tem em sua redação que a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa brasileira e exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável, passando pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. Dessa forma, o Comando do 9° Distrito Naval, um Comando de Força com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sistematicamente vem operando em Operações Interagências independente das edições nacionais das Operações Ágata. Essa iniciativa mitiga as dificuldades logísticas e de mobilidade no terreno com continuadas parcerias e em ambiente de cooperação.

Além disso, no capítulo dois foi constatado que o rio é um elemento essencial para a manutenção da vida ribeirinha, pois dos rios vem o alimento e é por meio deles que se garante o transporte. Entretanto, notou-se que o mesmo rio que integra as comunidades, também as isola das grandes metrópoles e dos cuidados do Estado aos brasileiros que lá vivem. Com baixos índices de escolaridade, de saneamento básico e de assistência de saúde básica, os narcotraficantes passaram a exercer o papel assistencialista que foi abandonado pelo poder público. Essa situação de vulnerabilidade favoreceu a cooptação de ribeirinhos que antes viviam apenas da pesca e que passaram, posteriormente, a conduzir embarcações regionais com

drogas e armas por entre as fronteiras do Brasil e Colômbia. Além disso, todas as comunidades estão passíveis de serem recrutadas, seja pela força econômica do tráfico ou pela ameaça de violência em caso de não cooperação aos ribeirinhos.

No capítulo três, por sua vez, foram examinados os desafios impostos à MB para o cumprimento de sua missão na Amazônia, com especial atenção ao recorte temporal que tem início com a criação do Comando da Flotilha do Amazonas em 1868 e se estende até os dias atuais. Apontou-se, assim que, atualmente, o ComFlotAM tem subordinados Navios-Patrulha Fluvial concebidos nos anos de 1970, quando as suas tarefas eram essencialmente voltadas para a integração nacional e defesa contra ameaças externas. Desse modo, chamou-se atenção para o fato de que, atualmente, novos desafios foram incorporados à realidade daquela região, uma vez que os mesmos navios cumprem atribuições subsidiárias afetas à segurança e a contraposição aos crimes transnacionais.

Já no capítulo quatro, foram analisados aspectos de interoperabilidade nas Operações Interagências na Operação Ágata em 2017 no rio Japurá, ocasião em que a MB empregou um NPaFlu da Classe Roraima com o Exército Brasileiro e a PF. Essa recente organização por tarefas concebidas sob um ambiente de cooperação possibilitou obtenção de resultados expressivos com o apresamento de grande carga de entorpecentes e endossou a presença do Estado brasileiro naquela região.

Apesar das comissões operativas com os navios terem apresentado índices significativos de apreensões ligados aos crimes transfronteiriços, a SSP-AM vem reivindicando apoio das FFAA em missões exclusivas de segurança pública, em virtude do pouco protagonismo da ação de seus agentes. Aquela Secretaria de Segurança vislumbra que o recém-criado Ministério da Segurança Pública poderá contribuir como um ponto de inflexão para a mudança nas tarefas dos meios navais e OSP nas Operações Interagências.

Desse modo, após feita esta pesquisa, aponta-se, como uma conclusão geral desse trabalho, que é notório que a Amazônia brasileira se coloca em meio à ação das redes do tráfico de cocaína que conectam o crime organizado no Brasil aos mega traficantes de Estados vizinhos. Nesse sentido, a hipótese inicial foi confirmada, pois a MB obteve resultados mais expressivos quando em Operações Interagências, representando uma importante ferramenta que coliga diversos representantes do poder público contra a criminalidade na Amazônia. Assim, faz-se mister que o Ministério da Defesa e o recém-criado Ministério da Segurança Pública vislumbrem operações com viés afeto à Defesa e à Segurança Pública para o combate aos ilícitos nas fronteiras e à consequente violência nos centros urbanos, uma vez que o problema das fronteiras dá condições à manifestação de conflitos sociais no interior das metrópoles. Ressalta-se, por fim, que o emprego de meios navais nas Operações Interagências na Amazônia tem angariado o apoio da população local e aperfeiçoado os procedimentos no planejamento, execução e comando e controle, desde o nível estratégico com o Ministério da Defesa ao nível tático com a força dos OSP adjudicados ao Poder Naval.

## REFERÊNCIAS


AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. *Região hidrográfica amazônica*. Site da ANA. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/amazonica>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. *Séries históricas de estações*. Site da ANA. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ. *ANTAQ divulga estudo sobre transporte fluvial de passageiros e cargas na Amazônia*. Site da ANTAQ. Brasília, DF, 5 fev. 2018. Disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/index.php/2018/02/05/antaq-divulga-estudo-sobre-caracterizacao-da-oferta-e-da-demanda-do-transporte-fluvial-de-passageiros-e-cargas-na-regiao-amazonica/>. Acesso em: 28 jul. 2018.

ARAGON, Luis E. (Org.); OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Ed. UFA, 2009. 368 p.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica na virada do III milênio.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto n° 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 15 mar. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 nov. 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Lei Complementar n° 117 de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 set. 2004b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp117.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Lei Complementar n° 97 de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jun. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L5172.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando da Flotilha do Amazonas. *Missão*. Site do ComFlotAM. Brasília, DF, c2017a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/comflotam/node/6>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. Comando do 9º Distrito Naval. Área de jurisdição Salvamar Noroeste. Site do Com9ºDN. Manaus, 2018a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/salvamar_noroeste>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. *Programa Geral de Adestramento e Atividades 2017 (PGAD-17)*. Manaus, 2017b.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-305:* Doutrina Militar Naval. Brasília, DF: MB, 2017c.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa.* Brasília, DF: MD 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Exército Brasileiro apreende quase 2 toneladas de skunk, fuzil ak-47, pistola e munição em embarcação no Rio Içá*. Site do Exército. Brasília, DF, 31 jan. 2018c. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/exercito-brasileiro-apreende-quase-2-toneladas-de-skunk-fuzil-ak-47-pistola-e-municao-em-embarcacao-no-rio-icana>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Operação Ágata*. Brasília, DF, c2017b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. *Política Nacional de Defesa.* Brasília, DF: MD, 2012c.

_____. *Relatório da Operação ÁGATA 12*. Brasília, DF: MD, 2017a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. *MD33-M-12:* Operações Interagências. Brasília, DF: MD, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. *MD33-M-10:* Garantia da Lei e da Ordem. Brasília, DF: MD, 2013.

_____. *Relatório de Gestão do Exercício de 2017*. Brasília, DF: MD, 2018b.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Auditoria operacional para avaliação da governança nas políticas públicas de fortalecimento da faixa de fronteira:* monitoramento / gestão de riscos / accountability. Site do TCU. Brasília, DF, 1 jan. 2016b. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-para-avaliacao-da-governanca-nas-politicas-publicas-de-fortalecimento-da-faixa-de-fronteira-monitoramento-gestao-de-riscos-accountability.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. *TCU avalia governança em ações de faixa de fronteira*. Site do TCU. Brasília, DF, 10 set. 2015. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-governanca-em-acoes-de-faixa-de-fronteira.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRS erguidas durante construção da capital foram fundamentais para o país. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 10 set. 2011. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/09/10/interna_cidadesdf,269233/brs-erguidas-durante-construcao-da-capital-foram-fundamentais-para-o-pais.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2018.

COLOMBIANO é preso com quase 2 toneladas de drogas e fuzil, no AM. *G1*, Rio de Janeiro, 14 mar. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/03/colombiano-e-preso-com-quase-2 toneladas-de-drogas-e-fuzil-no-am.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. A geografia do narcotráfico na Amazônia. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 1. p. 52-64, dez. 2017.

DELPHINO, Cristine. Governo de Juscelino Kubitscheck. História Brasileira, [S.l.], 10 abr. 2010. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/governo-de-juscelino-kubitscheck/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

DROGAS são encontradas em molho de tomate, sapatos e livros, em Manaus. G1, Manaus, 27 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/09/drogas-sao-encontradas-em-molho-de-tomate-sapatos-e-livros-em-manaus.html>. Acesso em:

EMPRESÁRIOS perdem R$ 100 milhões por ano com pirataria nos rios da Amazônia. *D24am*, Manaus, 29 mar. 2018. Disponível em: <http://d24am.com/amazonas/empresarios-perdem-r-100-milhoes-por-ano-com-pirataria-nos-rios-da-amazonia/>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (Org.); PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.); WITKOSKI, Antônio Carlos (Org.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas*: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007. 224 p.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *A escola geopolítica brasileira.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 136 p.

GUSMÃO, Luiz Guilherme Sá. Duas lanchas entregues ao Exército. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 133, n. 10-12, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistamaritima.com.br/sites/default/files/rmb-4-2013.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

IMAZON. *Quem somos*. Site do Imazon. Belém, c2018. Disponível em: <http://imazon.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 23 jun. 2018.

INÍCIO. *Sobre o Amazonas*, [S.l.], 2013. Disponível em: <http://sobreoamazonas.comunidades.net/index.php>. Acesso em: 22 jun. 2018.

JÚNIOR, Ivon. As bandas de frequência via satélite. *TecNet*, Curitiba, 19 jun. 2009.

Disponível em: <https://lownet.wordpress.com/tag/banda-l/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

KRAMER, Paulo. Conflito de Letícia. *CPDOC FGV*, Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/leticia-conflito-de>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MANUTENÇÃO corretiva. In: CIIM: Centro de Informação Metal Mecânica. c2018a. Disponível em: <http://cimm.com.br/portal/verbetes/exibir/591-manutencao-corretiva>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MANUTENÇÃO preventiva. In: CIIM: Centro de Informação Metal Mecânica. c2018b. Disponível em: <http://cimm.com.br/portal/verbetes/exibir/498-manutencao-preventiva>. Acesso em: 21 jun. 2018.

NOGUEIRA, Domingos Sávio Almeida (Org.). *A Marinha na Amazônia Ocidental*. Brasília, DF: CCSM, 2016.

OLIVEIRA, J. K. In: PLANALTO: Galeria de Presidentes. Brasília, DF, 21 set. 2012. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/galeria-de-presidentes/juscelino-kubitschek-de-oliveira/view>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PRAZERES, Leandro. CV e Família do Norte exploram nova rota de tráfico de maconha na Amazônia. *UOL Notícias*, São Paulo, 26 fev. 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/26/cv-e-familia-do-norte-exploram-nova-rota-de-trafico-de-maconha-na-amazonia.htm. Acesso em: 28 jul. 2018.

QUESTÃO do Acre: 1903, resumo, história. *História do Brasil*. [S.l.], c2018. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/resumos/questao_acre.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia:* da soberania difusa à soberania restrita. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

SANTIAGO, Emerson. Regime militar. *Infoescola*, [S.l.], 2011. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/regime-militar/>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SANTOS, Luiz Antonio Xavier dos; ADÉRITO, Joaquim. Biopirataria. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, DF, 5 set. 2008. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,biopirataria,20866.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SCAVARDA, Levy. *História da Flotilha do Amazonas.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1968. 89 p.

SOUZA, Felipe; SENRA, Ricardo. Três dias na nova "fronteira da coca": como drogas e armas entram livremente pela Amazônia. *Amazônia:* notícia e informação, São Paulo, 2 mar. 2017. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2017/03/tres-dias-na-nova-fronteira-da-coca-como-drogas-e-armas-entram-livremente-pela-amazonia/>. Acesso em: 03 jul. 2018.

TILL, Geoffrey. *A Guide for the Twenty-First Century*. London: Frank Cass Publishers, 2004.

TOCANTINS, L. In: ANTÔNIO Miranda. 2015. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/para/leandro_tocantins.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

TRATADO DE TORDESILHAS. In: LAGUNA. c2018. Disponível em: <http://www.laguna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/111519>

TRISCIUZZI NETO, Leonardo. *Rios da Amazônia*: coletânea de dados / pequeno roteiro. 3. ed. Niterói: Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2001. 152 p.

UTI POSSIDETIS. In: JUSBRASIL. c2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26390390/uti-possidetis>. Acesso em: 13 jul. 2018.

WANDERLEY, Andrea C. T. Registros da Guerra do Paraguai (1864 – 1870). *Brasiliana Fotográfica*, [Rio de Janeiro], 10 abr. 2017. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=guerra-da-triplice-alianca>. Acesso em: 20 jun. 2018.

## APÊNDICE A – Entrevista ao Comandante do 3º Pelotão Especial de Fronteira

Entrevista concedida em 22 de junho de 2018, pelo Capitão do Exército Brasileiro Allan Felipe Gonçalves Castro, Comandante do 3° PEF, subordinado ao Comando de Fronteira Solimões/8° Batalhão de Infantaria de Selva (CFSol/8°BIS). Organização militar do Exército Brasileiro localizado às margens do alto Rio Japurá, no encontro dos rios colombianos Caquetá e Apaporis.

O Capitão Gonçalves Castro, exerceu o comando do 3° PEF durante a Operação Ágata em março de 2017 com um NPaFlu Classe Roraima e relata a importância da interoperabilidade das Forças Armadas com os Órgãos de Segurança Pública.

Entrevista concedia ao CC Luiz Carlos Calvo dos Santos Júnior.

**1) Pergunta**:
Após formar-se na Academia Militar das Agulhas Negras e servir em outras organizações militares do Exército Brasileiro o que significou para o senhor o Comando de um Pelotão Especial de Fronteira em uma das regiões mais estratégicas do Brasil?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**
Comandar um Pelotão Especial de Fronteira é o auge para um Tenente de Infantaria do Exército. A frente do Pelotão tive o oportunidade de colocar em prática tudo aquilo que aprendi na minha formação. Durante o período que estive à frente do 3º PEF – VILA BITTENCOURT, a tropa foi empregada nos mais diversos tipos de missões inclusive em combates reais contra traficantes e dissidentes das FARC.

**2) Pergunta**:

Qual é o efetivo do Pelotão Especial de Fronteira de Vila Bittencourt e quais são as suas responsabilidades como Comandante perante aos militares, dependentes e a comunidade de Vila Bittencourt? Qual é a composição étnica e organização social de Vila Bittencourt?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

O efetivo é de setenta e um militares, porém devido a férias e outras demandas, nosso efetivo permanece em média com cinquenta e cinco militares. Dentre as responsabilidades de um Comandante de PEF temos a de planejar e executar o adestramento dos militares, planejar e executar atividades de preservação e melhoria do patrimônio militar, desenvolver atividades de lazer para a família militar e comunidade, controlar e fiscalizar o fluxo de pessoas na região, criar ações de desenvolvimento na Comunidade de Vila Bittencourt e comunidades vizinhas, além de outras ações. Vila Bittencourt é composta por ribeirinhos que migraram de diversas regiões do Brasil em busca de ouro no Traíra, índios de etnia Maku Yuhup e Tukanos.

**3) Pergunta**:

Quais são as distâncias entre as principais cidades do rio Japurá, como Japurá e Maraã e quais são os modais de suporte logístico para o suprimento do 3º Pelotão Especial de Fronteira?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

Vila Bittencourt encontra-se distante de Japurá cerca de 322 quilômetros através rio. Entre Vila Bittencourt e Maraã a distância é de cerca de 450 quilômetros. O modal mais utilizado para suporte logístico é o aéreo devido à grande distância fluvial entre Vila Bittencourt e Tabatinga, cerca de mil quatrocentos e setenta e quatro quilômetros.

**4) Pergunta**:

Qual é a cidade mais próxima do 3º PEF em território colombiano? Existem indícios da ação de narcotraficantes em especial de integrantes da FARC na região?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

LA PEDRERA é a Comunidade mais próxima de Vila Bittencourt. Situada na Colômbia, esta comunidade dista cerca de 38 quilômetros através Rio CAQUETÁ ou catorze quilômetros em linha reta. Esta Comunidade é utilizada por narcotraficantes como entreposto e ponto de reabastecimento de combustível. Além disso, traficantes costumam contratar ribeirinhos dessa localidade para realizar o transporte da droga até Japurá-AM.

**5) Pergunta**:

Em 1991 um grupo de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) adentrou em território brasileiro às margens do Rio Traíra em resposta a repressão ao garimpo ilegal repreendido Destacamento Traíra naquela área. Dessa maneira, o garimpo ilegal na região representaria alguma forma de capitalizar as FARC? Desde o enfrentamento no rio Traíra em 1991, foi observada alguma ação das FARC em território nacional contra militares do Exército Brasileiro? Quais são as providências tomadas para mitigar o crescimento do narcotráfico na região e as influências de criminosos junto a populações ribeirinhas e indígenas?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

Sim, o garimpo ilegal, naquela época, era fonte de capitalização das FARC. Muitos garimpeiros do rio Traíra dizem que, antigamente, era comum que alguns integrantes das FARC fossem até os garimpos receber parte do ouro extraído. Desde 1991 integrantes das FARC não buscam mais contato algum com as tropas brasileiras devido à forte repressão sofrida e resposta ao ocorrido em 1991. Mitigar o crescimento do narcotráfico na região é

difícil por ainda se tratar de uma região de grande vazio demográfico e poucos órgãos de fiscalização. Atualmente o 3º PEF consegue bloquear a passagem de drogas à frente de sua posição, porém, o tráfico de drogas possui muitos recursos e dinheiro e isso faz com que consigam novas rotas e novos métodos de levar a droga até Manaus. Criação de varadouros por dentro da floresta e utilização de hidroaviões são algumas das ações para driblar a fiscalização.

**6) Pergunta**:
Qual é a influência da cidade de La Pedrera (COL) e da Comunidade de Taboca (BRA) em Vila Bittencourt? Quais são as precauções tomadas pelo Comando do 3º PEF por ocasião do planejamento até a fase de execução para preservar o sigilo das Patrulhas Fluviais?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**
La Pedrera (COL) acaba gerando um grande fluxo de pescadores e comerciantes em Vila Bittencourt e isso dificulta a fiscalização, uma vez que facilita o disfarce de traficantes entre eles. Itaboca é um ponto de apoio logístico do tráfico após passar por Vila Bittencourt. Como precaução, o 3º PEF realiza operações inopinadas e limita as informações das operações somente aos seus Oficiais e Sargentos. Muitas das vezes planejamos operações falsas para confundir os traficantes.

**7) Pergunta**:
O Comando do 3º PEF promove Operações Civis-Militares/ACISOS nas comunidades com indícios da presença e influência de lideranças ligadas ao narcotráfico? Quais foram as respostas da população civil na realização de tais ações?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**
Ações Civis-Militares/ACISOS são atividades importantes para obter apoio dos ribeirinhos e

produção de novos conhecimentos. A facilidade de promovermos esse tipo de atividade possibilita grande apoio das comunidades com relação a apoio de informação. Embora tenham medo de retaliação por parte do tráfico de drogas, se feito da maneira correta, a informação e repassada para as tropas. Importante destacar que caso uma informação seja repassada e o Exército não aja prontamente a falta de credibilidade para com a tropa diminui. Por isso que é importante sempre dar uma resposta aos informes que chegam para nós.

**8) Pergunta**:
Em vista da alta complexidade na navegação de rios, igarapés e paranás nas proximidades do 3º PEF o Comando do Exército Brasileiro alista soldados ribeirinhos da região do Alto Japurá? Quais seriam as vantagens e desvantagens quando se conta com soldados perfilados na tropa?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**
Não são alistados soldados da região pelo facilidade dos mesmos serem comprometidos por ameaças e até mesmo serem coptados para o tráfico após sua saída das fileiras do Exército. O rodízio de militares é importante na região para não comprometer os cabos e soldados além de evitar que nossos militares passem a trabalhar para traficantes.

**9) Pergunta**:
Qual é o período de cheias e seca do rio Japurá e demais rios do seu entorno? Existe diferença em dados estatísticos de apresamentos entre a cheia e a seca de embarcações com drogas, armas e crime ambiental?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**
O período da cheia do Rio Japurá e afluentes vai de abril a setembro. A passagem de drogas durante o período de cheias se dá por furos e varadouros, sendo necessário intenso trabalho de

inteligência para obter êxito em apreensões nesse período. Durante a seca, as possibilidades de escoamento ficam mais restritas por isso que a quantidade de drogas apreendidas em frente ao 3º PEF é alta no fim e início dos anos (novembro a fevereiro).

**10) Pergunta**:

Existem paranás que ligam a cidade de La Pedrera a trechos do rio Japurá a jusante do 3°PEF em Vila Bittencourt? Caso afirmativo esses paranás são navegáveis ao longo de todo o ano? O que é feito para coibir a entrada de ilícitos em território nacional?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

Existem varadouros que interligam igarapés e paranás somente durante a cheia. Durante a cheia, operações são desencadeadas visando bloquear e patrulhar esses furos e paranás.

**11) Pergunta**:

Quais seriam as maiores dificuldades na realização das Patrulhas Fluviais por militares do 3°PEF? A realização das Operações Conjuntas com meios da Marinha do Brasil e de Operações Interagências mitigaria eventuais dificuldades operativas e logísticas? Para esses tipos de Operação qual é o ganho em números estatísticos em comparar com Operações Singulares?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

A maior dificuldade é trabalhar com informes precisos que determinem o dia e a hora exata da passagem. A dificuldade é gerada pelo envolvimento de diversos ribeirinhos com o narcotráfico e pelas dificuldades de comunicação na região o que leva a um retardo para que a informação chegue oportunamente. A operação conjunta com a Marinha do Brasil possibilita um controle mais dinâmico e eficiente na Calha do Rio Japurá devido a estrutura que os Navios Patrulha da Marinha Possuem. O reposicionamento dessas embarcações em posições

estratégicas bloquearia eficazmente a passagem de drogas na região. Importante que esse apoio seja intermitente pois quando é periódico, os traficantes simplesmente aguardam a saída da Marinha na região para prosseguir com a passagem das drogas. O ganho estatístico seria um aumento em quase 80% na quantidade de apreensões.

**12) Pergunta**:

Em caso de apresamento de cidadãos colombianos ou indígenas envolvidos com o narcotráfico como a Polícia Federal (PF) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem apoiando o 3°PEF com essas questões?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

A Polícia Federal realiza apenas a coleta da droga e trabalha em Tabatinga e Manaus com a parte judiciária e a FUNAI ainda não atuou em apoio na região.

**13) Pergunta**:

Em março de 2017 militares do 3° Pelotão Especial de Fronteira e do Navio-Patrulha Fluvial Rondônia e agentes de Órgãos de Segurança Pública realizaram a Operação Ágata sob uma nova concepção, onde foram valorizados o princípio da surpresa e intensificação da Inteligência na Faixa de Fronteira. Descreva os ensinamentos aprendidos nessa operação e os resultados obtidos?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

Como ensinamento colhido foi o posicionamento dos navios da Marinha do Brasil na calha do rio para a realização da Patrulha Naval, pois esses pontos indicados pelo 3º PEF e em consonância com os informes recebidos, facilitou para dificultar o escoamento da droga represada e surpreender os eventuais translados de ilícitos pelo rio.

Sugere-se que outras operações de mesma natureza ocorram entre os meses de março a

setembro, com um rodízio dos navios com troca na posição. Outra observação é que em caso de abordagens a embarcações com drogas, o enfrentamento por narcotraficantes aos militares envolvidos na ação tem sido inevitável.

**14) Pergunta**:

A Operação Ágata envolveu o Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Polícia Federal e forneceu como produto final no rio Japurá um apresamento de aproximadamente 2 toneladas de maconha tipo skunk, armamento e munição para fuzil AR-15. Quais foram as dificuldades e os ensinamentos obtidos na Operação?

**Cap (EB) Gonçalves Castro:**

Atualmente diversas rotas foram criadas para burlar a fiscalização do 3º PEF. Os traficantes estão utilizando o Rio Puruê através de hidroaviões e furos que saem antes de La Pedrera e chegam até os afluentes do Rio Puruê. Existe um provável furo que inicia antes de La Pedrera e chega ao Igarapé Simeão (logo após Vila Bittencourt, do lado colombiano). Além disso, novas rotas foram criadas pelo Rio Traíra em direção ao Rio Negro. Observado que ultimamente narcotraficantes vem empregando *drones* para prover alarme antecipado e reconhecimento do terreno.

## APÊNDICE B – Entrevista ao Ex-Comandante Da Flotilha do Amazonas

Entrevista concedida em 22 de junho de 2018, pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Lima Silva Filho, Comandante da Flotilha do Amazonas entre os anos de 2016 e 2017. Comando de Força subordinado ao Comando do 9° Distrito Naval possui nove navios subordinados, entre eles cinco Navios-Patrulha Fluvial capazes de realizar ações de Patrulha-Naval e Cívico Social e Civil-Militar pela Área de Jurisdição competente.

Entrevista concedia ao CC Luiz Carlos Calvo dos Santos Júnior.

**1) Pergunta**: O Comando da Flotilha do Amazonas completou 150 anos de existência em 2018. Diante dessa marca considerável, como o senhor classifica a relevância do trabalho desse Comando de Força para a sociedade brasileira, especialmente para a Amazônia?

**CMG Silva Filho:**

A história do Comando da Flotilha do Amazonas se confunde com a história da capital manauara, e por consequência, da região. Essa Organização Militar centenária criada pelo Aviso de 2 de junho de 1868 por D. Pedro II logo após a Guerra do Paraguai, foi fruto da preocupação com a região noroeste do Brasil, devido a inexistência de tratados de limites entre os Estados ribeirinhos e atitudes hostis das repúblicas vizinhas, que reclamavam as questões fronteiriças, a liberdade de navegação no rio Amazonas e tributários. Isso garantia o exercício da soberania e dos interesses nacionais na Amazônia Ocidental por meio de uma presença naval efetiva.

Os meios navais subordinados ao ComFlotAM desde a sua criação foram empregados no cumprimento de ações em comunidades ribeirinhas como:

a) apoio em calamidade pública durante as cheias dos rios com a Defesa Civil;

b) embarque de servidores do Juizado Especial Federal do Estado do Amazonas e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para apoio ao programa “Justiça Itinerante”;

c) assistência hospitalar e sanitária com o embarque nos Navios de Assistência Hospitalar de diversos representantes de órgãos públicos de saúde com ações voltadas aos programas de imunizações aos ribeirinhos, saúde das populações indígenas, formação e reciclagem de agentes comunitários de saúde, e prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho de fluviais;

d) realização de Ação Cívico-Social e Ação Civil-Militar pelos Navios-Patrulha Fluvial;

e) fiscalização de leis e regulamentos em Patrulha Naval nas águas jurisdicionais do Comando do 9° Distrito Naval possibilitando o embarque de militares e civis representantes de Órgãos de Segurança Pública como a Polícia Federal, Receita Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), FUNAI, Polícia Militar do Estado do Amazonas, Polícia Civil do Estado do Amazonas, Polícia Militar Ambiental do Estado do Amazonas.

O cumprimento da missão da Flotilha do Amazonas só é possível dado o caráter expedicionário intrínseco a Força Naval e das características de mobilidade e permanência do Poder Naval, frente as grandes distâncias envolvidas na Amazônia e as dificuldades inerentes ao apoio logístico em comissões pelos rios.

**2) Pergunta**: Enquanto o senhor foi Comandante, diversos agentes representando órgãos de segurança pública e ambiental embarcaram para a realização de comissões operativas. Quais seriam as vantagens nas Patrulhas-Navais com tais agentes embarcados?

**CMG Silva Filho:**

Nos anos de 2016/2017 foi observado um grande contingenciamento de recursos em razão da crise financeira que afetou as contas públicas, entretanto, uma das prioridades enquanto ComFlotAM foi o de manter a vigilância das fronteiras e águas interiores com o embarque de servidores e agentes públicos de diversas esferas nos navios. O trabalho sinérgico nas operações interagências com o emprego dos Navios-Patrulha Fluvial contribui para uma série de vantagens para a conciliação de interesses das instituições e a convergência dos objetivos do Brasil, evitando a dispersão de recursos e a duplicidade de ações.

Em consonância com as orientações do Comando do 9° Distrito Naval, o ComFlotAM passou a planejar e empregar os seus meios navais de acordo com a reformulação da "Operação Ágata", onde desde 2016 foram mais valorizados o princípio da surpresa e intensificação das Operações de Inteligência. O resultado disso foi obtido no rio Japurá em março de 2017, quando um NPaFlu operando com militares do Exército Brasileiro e Polícia Federal puderam apreender aproximadamente 2 toneladas de maconha tipo skunk no rio Japurá e um armamento tipo fuzil AR-15 com um traficante colombiano.

Finalmente, cabe ressaltar, que o Brasil precisa de um Poder Naval operando ao lado de outras instituições em plenas condições de enfrentar o crime organizado em águas interiores e fronteiras, desenvolvendo diuturnamente as capacidades voltadas para a Segurança e eventualmente às ameaças externas em prol da Defesa.

## APÊNDICE C – Entrevista Assessor da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas

Entrevista concedida em 20 de junho de 2018, pelo Assessor do Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas, CMG (FN-RM1) Daniel Ribeiro Vasconcelos.

O CMG (FN-RM1) Daniel Ribeiro Vasconcelos realizou intercâmbio na Armada da República da Colômbia em Bogotá, compôs o Estado-Maior do Comando do 9° Distrito Naval como Oficial de Inteligência entre os anos de 2014 e 2015 e foi Comandante do 1° Batalhão de Operações Ribeirinhas em 2016, o que o credencia com grande experiência no cenário amazônico para o exercício do atual cargo junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

Entrevista concedia ao CC Luiz Carlos Calvo dos Santos Júnior.

**1) Pergunta**:
Após cumprir o tempo previsto de 30 anos como Oficial da Marinha do Brasil, como o senhor idealizou contribuir com a experiência operativa junto aos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Amazonas?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**
Vislumbrei contribuir, principalmente, para uma atuação mais integrada e coordenada dos órgãos componentes do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas com os representantes regionais das Forças Armadas, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e outras instituições, em consonância com o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

Considerei ainda a possibilidade de contribuir em projetos de interiorização da segurança nas

vias fluviais do Estado do Amazonas.

**2) Pergunta**:

Quais são as atribuições e capacidades operativas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas junto a política de combate aos crimes transfronteiriços e ambientais em rios como o Japurá? Quais seriam esses crimes?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

A Secretaria de Estado de Segurança Pública, órgão coordenador do sistema, é responsável pela administração da segurança pública e a promoção da integração de seus órgãos com a comunidade, tendo por finalidade a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado, através de um Sistema de Segurança, integrado pelos seguintes órgãos: Polícia Civil; Polícia Militar; Corpo de Bombeiro Militar; e Departamento Estadual de Trânsito.

Ainda no âmbito estadual, estabeleceu-se a Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas (ESFRON) que apresenta um conjunto de medidas estratégicas e integradas dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Estadual visando o enfrentamento da criminalidade, desdobrados em ações e operações preventivas da violência e de repressão qualificada, voltada para os municípios de fronteira e divisa do Estado do Amazonas.

A Câmara Temática da ESFRON (CT-ESFRON) da SSP-AM é a responsável pelas seguintes atividades na Faixa de Fronteira e divisas com os Estados limítrofes:

a) cumprimento das demandas da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), como, por exemplo, a coleta, transcrição e envio de dados estatísticos;

b) acompanhamento e gestão de assessoria sobre a atuação da Força Nacional no Amazonas;

c) acompanhamento e coordenação das Operações Integradas na Fronteira do Amazonas e interlocução entre os Órgãos do Sistema de Segurança Pública, incluindo as ações da Força Integrada de Resposta Rápida (FIRR) nas Operações Base Anzol e Sentinela;

d) recrutamento e treinamento da FIRR que é composta por integrantes da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), Polícia Civil do Estado do Amazonas (PCAM), Departamento de Polícia Técnico Científica (DPTC) e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (CBMAM);

e) atividades de Capacitação, treinamento e reaparelhamento para o efetivo das Unidades de Segurança Pública e Socorro na fronteira e divisas do Estado;

f) das Operações dos órgãos do Sistema de Segurança Pública na fronteira e nas divisas do Estado do Amazonas; e

g) acompanhamento da execução dos convênios federais para a área de fronteira.

As capacidades operativas das Polícias estabelecidas nos municípios são restritas, principalmente no tocante ao efetivo e às unidades especializadas, entretanto a Força Policial localizada em Manaus apresenta uma boa capacidade operacional, principalmente na qualidade do pessoal. Com relação à mobilidade estratégica para atuação de Forças Policiais e da FIRR na região de fronteira e vias fluviais, os deslocamentos são baseados no meio aéreo com aeronaves fretadas, ressaltando-se que o deslocamento por via fluvial é restrito devidos aos escassos meios de pouca capacidade. A inexistência de embarcações blindadas e equipamentos de visão noturna ainda restringem bastante a capacidade de realizar operações noturnas.

**3) Pergunta**:

Quais são os reflexos desses crimes nas comunidades ribeirinhas do rio Japurá e em cidades como Tefé, Coari e Manaus?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Por meio da observação realizada durante operações no interior, julgo que o tráfico de drogas e o consequente consumo residual (microtráfico) são os que mais afetam às comunidades ribeirinhas, afetando de maneira direta a sua respectiva estrutura social, seus costumes e comportamento. A participação de ribeirinho no tráfico de drogas em suas diversas atividades correlatas está convertendo-se em principal fonte de renda de comunidades que antes baseava-se na cultura da subsistência. Esta realidade pode ser comprovada pelo aumento exponencial de presos sob custódia em Delegacias no interior do Estado, o que está onera sobremaneira o Sistema de Segurança Pública.

Outro crime que também afeta diretamente as comunidades no interior é o garimpo ilegal em que os crimes ambientais, contrabando de ouro, roubo e receptação de combustível, prostituição e tráfico de drogas são mazelas que inexoravelmente afligem as áreas de garimpo ilegais.

Em especial, a calha do Rio Japurá tem-se tornado a principal via de escoamento do Skunk, tanto pela conexão direta com a região produtora da Colômbia quanto pela presença irrisório do Estado na região e baixíssima densidade demográfica.

A região que compreende as cidades de Tefé e Coari possui uma importância no contexto do tráfico de drogas pela via do Rio Solimões devido, principalmente, ao aspecto geográfico, sendo área de confluência dos principais rios oriundos de regiões produtoras e, destacando-se Coari, apresentando trechos de rio bastante estreitos, o que facilita a ação de traficantes especializados em roubar outros traficantes.

Manaus constitui-se no Centro de Gravidade do tráfico na região amazônica por possuir um

aeroporto internacional e portos com capacidade de operar contêineres. Segundo a UNDOC, o tráfico internacional de drogas em grande escala é baseado no transporte marítimo.

As referidas cidades apresentam um desenvolvimento social maior no Estado do Amazonas, apresentando um maior risco da infiltração das organizações criminosas nas respectivas estruturas, tanto privadas, quanto públicas.

**4) Pergunta**:

Devido a existência de furos, paranás e rios que ligam o Japurá aos rios Solimões, Negro e Içá, navegáveis especialmente no período das cheias, foram observados indícios onde elementos ligados ao narcotráfico, garimpo ilegal e biopirataria estariam fazendo o escoamento de produtos ilícitos por essas vias alternativas? Quais seriam os principais grupos do crime organizado envolvido no rio Japurá?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Há indícios da utilização de rotas alternativas a partir do Rio Japurá, principalmente no período de cheia.

As principais organizações criminosas são a FDN, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), além de diversas outras gangues menores que apresentam filiação com as organizações supracitadas.

**5) Pergunta**:

Quem seriam os “ratos d’água” e sua área de atuação?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

A produção das drogas transportadas pela via Solimões-Amazonas é proveniente, majoritariamente, pela Colômbia e Peru, havendo também, em menor quantidade, drogas oriundas da Bolívia. O transporte pode ser realizado por diversos elementos: traficantes

colombianos e peruanos, traficantes brasileiros, ribeirinhos, pessoas contratadas (mulas), turistas. Qualquer pessoa em trânsito de regiões estrangeiras produtoras para o Brasil pode estar transportando drogas, daí as inspeções realizadas até em aeronaves e embarcações militares. O meio fluvial predomina no transporte de drogas em virtude do grande fluxo, grande capacidade de carga e dificuldade na inspeção. O transporte aéreo foi dificultado pelas ações de controle aéreo, principalmente, após a promulgação da lei do abate.

O tráfico de drogas está sob controle das grandes organizações criminosas (FDN, CV e PCC), tendo a FDN um maior predomínio na região. Toda comunidade está passível de ser recrutada, pela força econômica do tráfico e/ou pela ameaça de violência. Ressalta-se ainda a questão do micro tráfico na região que disponibiliza drogas nas comunidades ribeirinhas, acarretando no grande aumento de viciados e a consequente desestruturação da cultura local. Esses viciados tornam-se presas fáceis do tráfico, bem como realizam roubos e assaltos nas comunidades ribeirinhas e vias fluviais, sendo chamados de “Ratos d`Água”. A disputa pelo comércio de droga resulta em constantes confrontos fluviais entre os traficantes, destarte o alto valor da droga transportada. Apesar da classificação errônea, os partícipes destes ataques às embarcações com drogas, são chamados de “Piratas de Rio”, sendo as suas áreas de atuação localizadas, principalmente, nos trechos mais estreitos dos rios como, por exemplo, a região à montante da cidade de Coari e na região dos Estreito de Breves. Já a atuação dos “Ratos d`Água” podem ocorrer em qualquer comunidade ribeirinha contra os cidadãos normais. Destaca-se ainda que este quadro, além das dificuldades geográficas e reduzida presença do Estado na região, vem sendo agravado pelas fortes restrições orçamentárias, tanto na área de Defesa, quanto na de Segurança Pública.

**6) Pergunta**:

Quais seriam os principais grupos do crime organizado atuante no rio Japurá? A Força Armada Revolucionária da Colômbia (FARC) tem atuado em território nacional? Quais são os indícios de crimes nas cidades de Maraã, Japurá, Vila Bittencourt e a comunidade de La Pedrera/COL?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Há indícios da influência das FARC no tráfico de droga no Brasil, principalmente devido ao crescimento exponencial de armamento apreendido em Manaus e em outras cidades da região. Essa situação também se exacerbou pelos indícios de armamento oriundo da Venezuela, decorrente de sua grave crise socioeconômica. Não há notícia da atuação direta de elementos das FARC atuando na região, entretanto o aumento do número de colombianos presos com armamento pesado e demonstrando maior destreza no manuseio de armas leva a crer em uma maior participação de dissidentes das FARC no tráfico de droga.

**7) Pergunta**:

Grande parte das apreensões no rio Japurá junto a fronteira do Brasil com a Colômbia pelo 3° Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro em Vila Bittencourt foram embarcações miúdas com grande capacidade de carga em maconha tipo skunk e cocaína e grande parte das ações bem sucedidas tem sido no período das cheias. Qual seria a procedência dessas drogas e existem indícios onde o fluxo de carga ilícita ocorra no período das cheias?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

A região colombiana compreendida entre os rios Caquetá e Putumayo passou a desenvolver e ser uma grande produtora de Skunk para, principalmente, o abastecimento dos mercados das regiões Norte/Nordeste do Brasil. A região oriental da Colômbia tornou-se uma grande

produtora de cocaína destinada ao mercado americano via Venezuela e México, entretanto há indícios de parte desta droga seja traficada pela fronteira pela região brasileira conhecida como “Cabeça do Cachorro”.

Por questões técnicas de largura e profundidade dos rios e surgimentos de outros “caminhos fluviais”, o maior afluxo de drogas ocorre no período de cheia, o que acarreta também numa maior quantidade de drogas apreendidas, a despeito de uma maior dificuldade de fiscalização.

**8) Pergunta**:

Como o senhor vê a estrutura dos Órgãos de Segurança Pública nas cidades de Japurá e Maraã para o combate aos crimes tranfronteiriços e ambientais?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Assim como nas demais cidades do interior do Estado, a estrutura de Segurança Pública (SegPub) é muito reduzida e pouco aparelhada para o combate aos crimes transfronteiriços e ambientais. Neste item, deve-se salientar que este combate não é uma competência dos órgãos de SegPub, mas sim, precipuamente, da Polícia Federal e de outros órgãos federais, como o IBAMA, cujos contingentes e capacidades são mais irrisórios ainda em comparação aos órgãos de SegPub.

**9) Pergunta**:

Qual seria a opinião do senhor para as operações interagências envolvendo meios navais e agentes da SSP-AM e quais seriam as providências para se alcançar a situação harmônica ideal para o planejamento e a execução das operações?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Primeiramente, considero que, nas operações interagências, a competência de cada um dos participantes deva ser respeitada. Na maioria das operações consideradas interagências, o

“driver”, o propósito das ações é de uma agência ou, como é mais comum, de uma Força Armada. Nestes casos, o que ocorre é que os Órgãos de SegPub atuam apenas como “coadjuvantes”, como, por exemplo nas operações de Patrulha Naval em que um grupo mínimo de policiais permanecem embarcados para o “caso” de necessidade.

A minha sugestão seria a realização de operações em que o “driver” das operações fosse missões de SegPub, com operações anteriores de inteligência, investigações policiais e emissão de mandatos de busca e apreensão, sendo realizadas em áreas propostas pelos órgãos de segurança, tendo a participação de Forças Policiais expressivas e que seriam incumbidas da execução das tarefas principais. Se a premissa é contribuir para a SegPub, as demais agências iriam apoiar as Forças de SegPub. Ressalta-se ainda que há todo um respaldo normativo acerca do apoio das Forças Armadas para as operações de SegPub que normalmente não é levado em conta nas operações realizadas, como as Op Ágatas, Curare e outras.

Considero ainda as características fisiográficas da região Amazônica, tornam as operações muito complexas, principalmente no tocante ao esforço logístico, até para as Forças Armadas, quanto mais para a Secretaria de Segurança de um Estado.

**10) Pergunta**:

Qual seria a opinião do senhor no que tange a Lei Complementar n°136/2010, alterada pela Lei Complementar n°97/1999 na extensão do poder de polícia para a Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira? Isso contribuiu com o trabalho da SSP-AM?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Com certeza contribui, entretanto, considero que esta extensão do poder deveria ser prioritariamente aplicada em operações que tivessem os problemas de SegPub como missão e cujas tarefas principais fossem executadas por Forças Policiais, órgãos vocacionados precipuamente para tais o exercício do Poder de Polícia.

Dado a mudança da natureza da Guerra, principalmente após os Atentados de 11 de Setembro, considero que a concepção das Forças Armadas atuais deveriam estar aptas a operar em todo o espectro de violência, desde as operações de guerra entre Estados até operações de baixa intensidade e de Segurança Pública.

**11) Pergunta**:

Apesar da atribuição da segurança e defesa nas fronteiras ser afeto aos órgãos federais, como ocorre a integração do Plano Estratégico de Fronteiras com a SSP-AM?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Ocorre basicamente durante as operações planejadas pela FFAA que, apesar de ditas integradas, mantém como "driver" as atribuições das Forças Armadas. As participações das Forças Policiais são bastante tímidas nestas operações, sendo coadjuvantes, ao invés de serem protagonistas.

Convém destacar a iniciativa recentíssima do Ministério da Segurança Pública em coordenar e a incentivar a realização de operações integradas voltadas para a SegPub e com a intenção de integrar as FFAA e demais agências nos níveis federal e estadual.

**12) Pergunta**:

A fim de prover um monitoramento mais dinâmico da movimentação de grupos ligados aos crimes transfronteiriços e ambientais, a SSP-AM vislumbrou a possibilidade de complementar o projeto de monitoramento de fronteiras pelo SISFRON para além da faixa de fronteira com o monitoramento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) de Manaus para áreas críticas e pontos focais nos rios?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Não foi observado nenhum projeto ou iniciativa neste sentido, destacando que o maior esforço

de SegPub está voltado para a região metropolitana de Manaus que possui mais da metade da população do Estado do Amazonas, possuindo todos os complexos problemas de SegPub de uma grande cidade brasileira.

Reitero a questão de que a competência para os crimes transfronteiriços e ambientais, assim como para crimes interestaduais é da Polícia Federal que junto das FFAA, destinados para a Defesa do território, apesar dos recursos mais amplos, também ainda não implementaram nenhum projeto que poderia ser utilizado de maneira conjunta para contribuir com a SegPub.

**13) Pergunta**:

Quais seriam as perspectivas da SSP-AM para futuro em Operações Interagências com as Forças Armadas como as edições anteriores da Operação Ágata?

**CMG (FN-RM1) Daniel:**

Em consonância com a nova concepção apresentada pelo Ministério da Segurança Pública, a perspectiva é de ter uma participação da SSP-AM mais influente na definição das operações, no planejamento e na execução, realizado o esforço principal com Forças Policiais apoiadas pelas Forças Armadas.

# ANEXO A – Características da Área de Jurisdição do COM9°DN

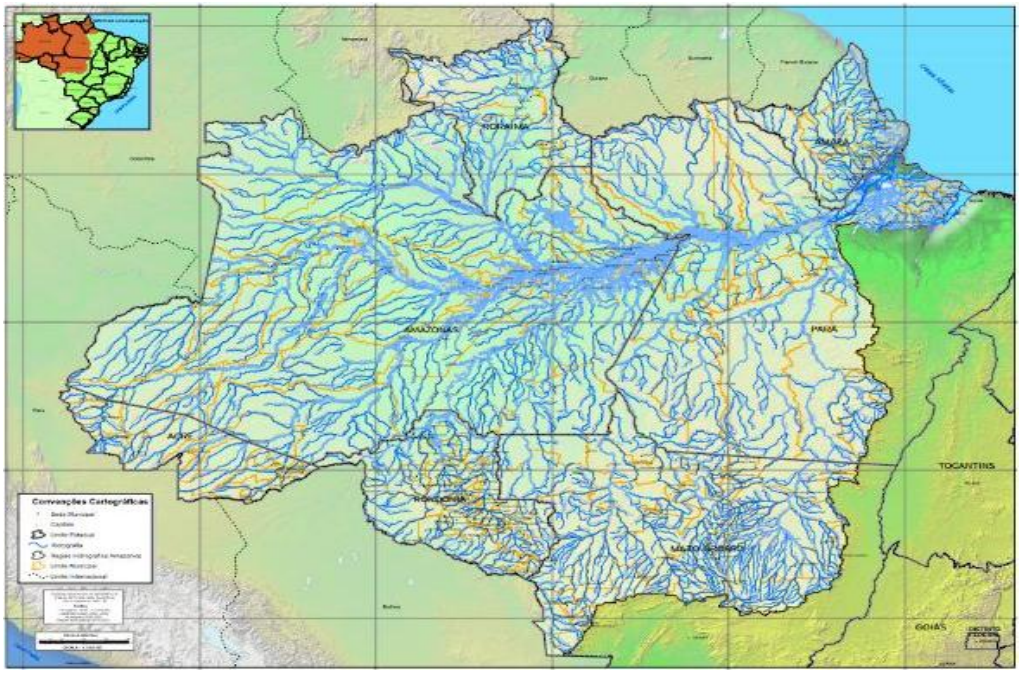



FIGURA 2 – Região hidrográfica amazônica
Fonte: ANA, 2018a.

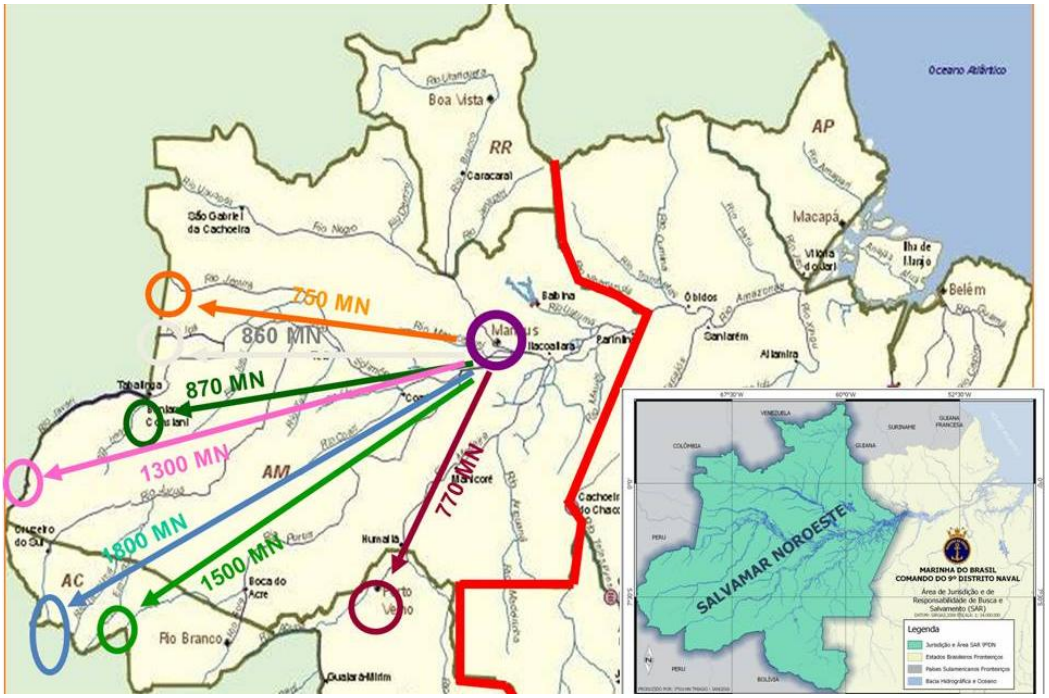



FIGURA 3 – Distâncias envolvidas e área de jurisdição do Com9°DN.
Fonte: BRASIL, 2018a.

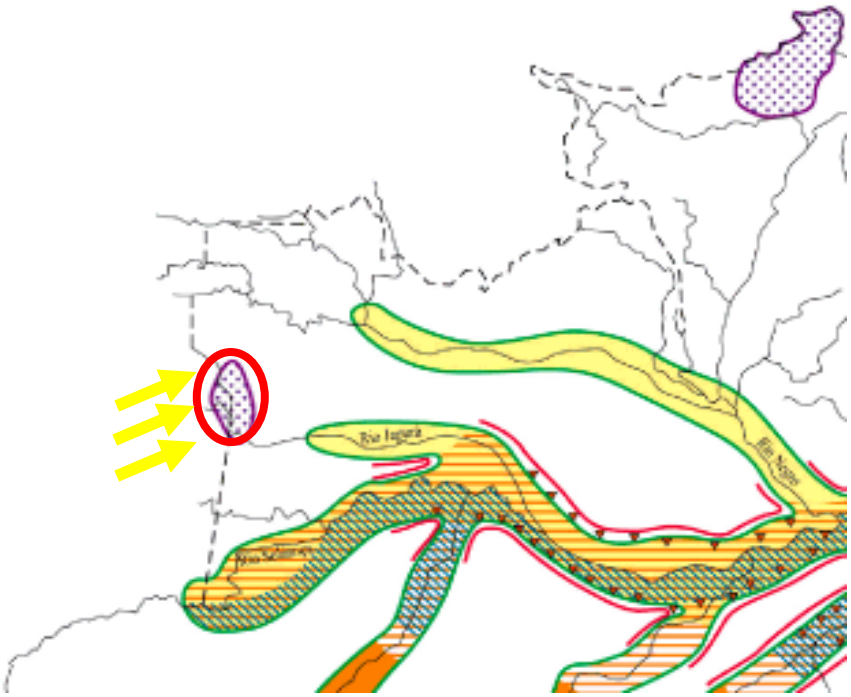


FIGURA 4 – Jazidas de ouro no Alto Japurá.
Fonte: Exército Brasileiro – Comando Militar da Amazônia

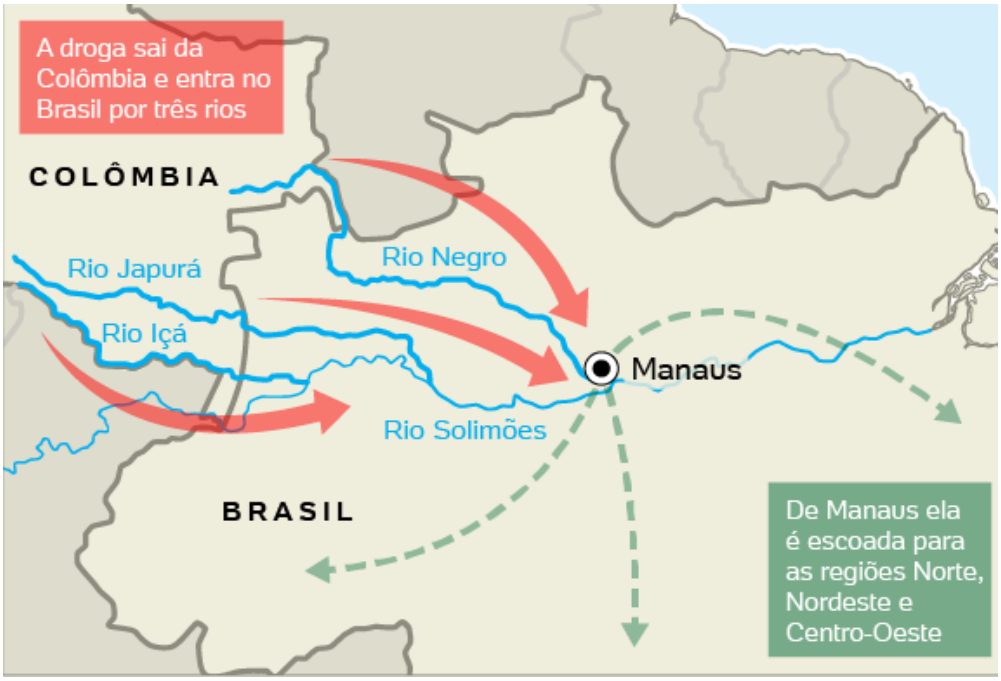



FIGURA 5 – A nova rota do tráfico no rio Japurá.
Fonte: PRAZERES, 2018.

## ANEXO B – Meios Navais do Comando da Flotilha Do Amazonas

Esse Anexo servirá para ilustrar os meios navais subordinados ao Comando da Flotilha do Amazonas, características gerais e um percentual de dias de navegação sobre o índice de disponibilidade anual de 2017.

FIGURA 6 – Navios subordinados ao ComFlotAM
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

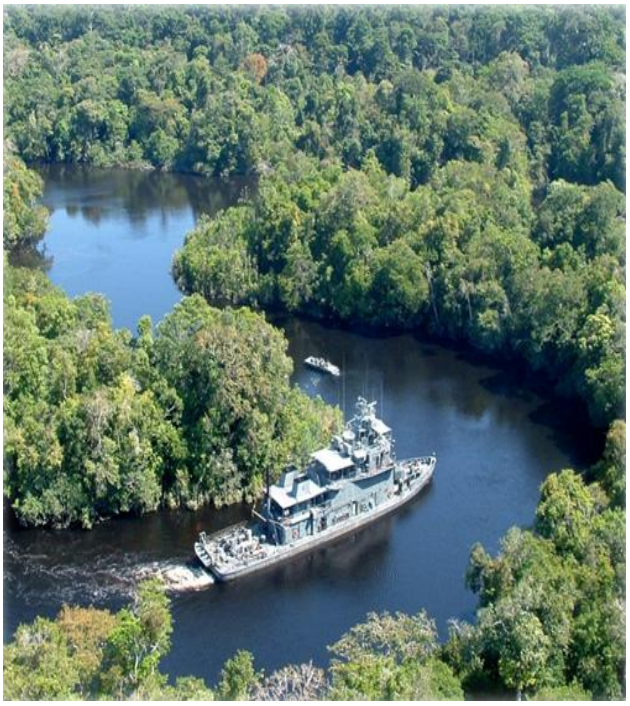


FIGURA 7 – NPaFlu Classe Roraima
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 8 – NPaFlu Classe Pedro Teixeira
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 9 – NAsH Classe Oswaldo Cruz
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 10 – NAsH Classe Dr. Montenegro
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 11 – NAsH Classe Soares de Meirelles
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 12 – Lancha de Ataque Rápido (LAR)
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 13 – Embarcação de Transporte de Tropa (ETT)
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

FIGURA 14 – Lancha Patrulheira de Rio (LPR)
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas

# ANEXO C – Ilícitos Apreendidos no Rio Japurá

FIGURA 15 – Material apreendido na Operação Ágata 2017.
Fonte: COLOMBIANO..., 2017.

FIGURA 16 – Canoa apreendida com 1,7 ton. de maconha tipo skunk.
Fonte: BRASIL, 2018c.

# ANEXO D – Gráficos e Dados Estatísticos

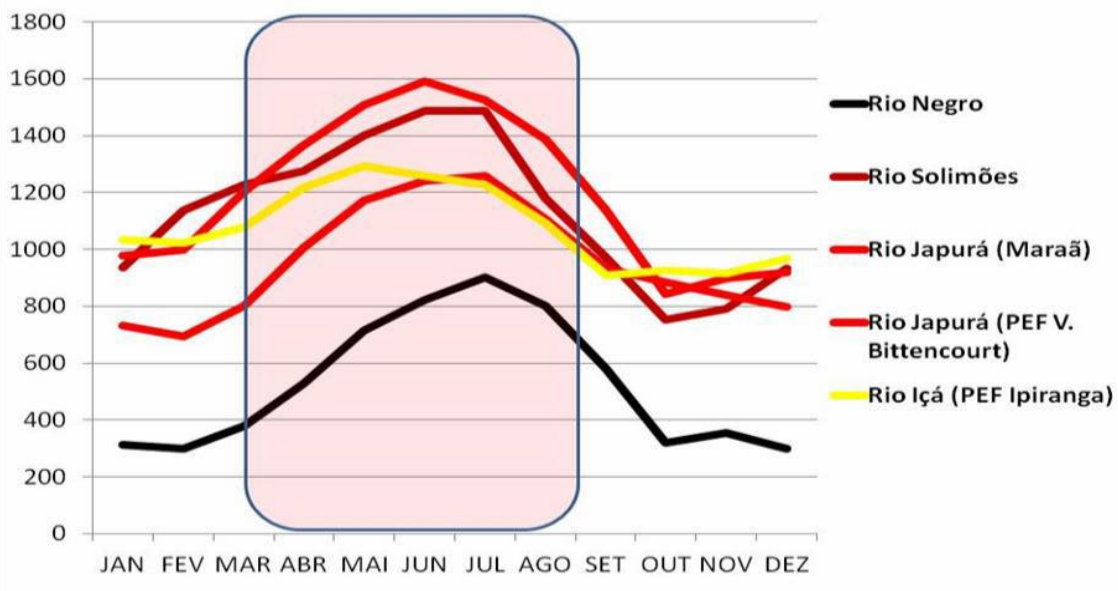



GRÁFICO 1 – Média fluviométrica 2006 a 2016 e a faixa coincidente de cheias.
Fonte: ANA, 2018b.

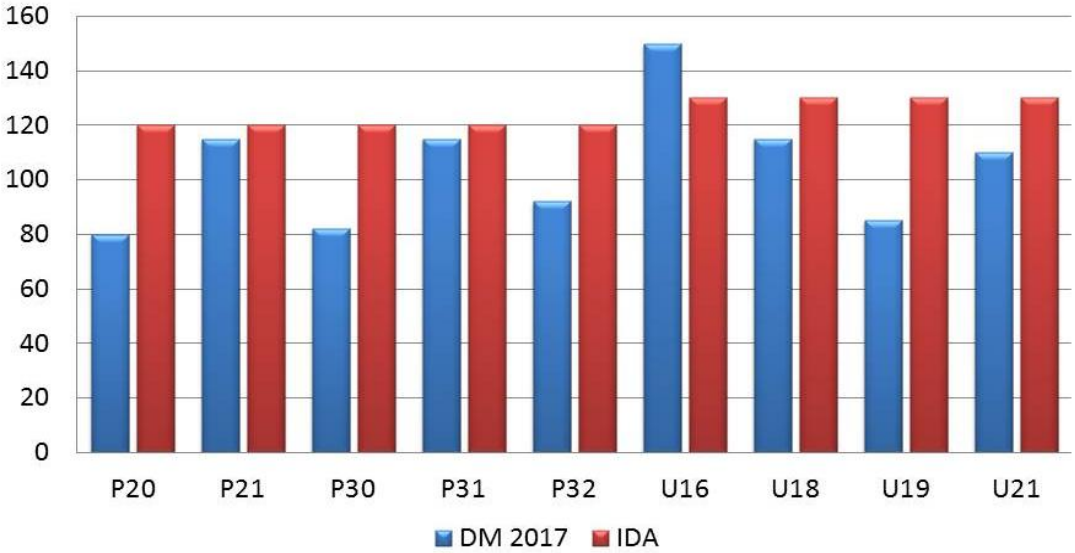
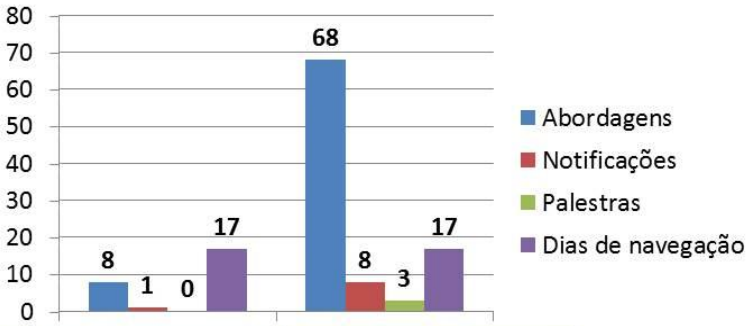



GRÁFICO 2 – Comparação dos Dias de Mar com o IDA em 2017.
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas.




| | Operação Ágata | PATNAV Japurá I |
|---|---|---|
| **Tipo** | Interagência | Singular |
| **Apoio Externo** | Exército Brasileiro / Polícia Federal | - |
| **Período** | 01 a 31MAR | 05 a 26JAN |
| **Rio e Área de Operação** | Japurá/3°PEF Vila Bittencourt | Japurá/3°PEF Vila Bittencourt |
| **Regime de Águas** | Cheia | Fim da Seca |
| **Classe de Navio** | NPaFlu Classe Roraima | NPaFlu Classe Roraima |
| **Ilícitos Apreendidos** | 2 Toneladas de maconha tipo Skunk, 01 fuzil AR-15 | - |

GRÁFICO 3 – Índices estatísticos entre a Operação Interagência e a Operação Singular.
Fonte: Marinha do Brasil - Comando da Flotilha do Amazonas.